

16 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Odebrecht pagou R\$ 11 mi a filho de ex-ministro do STJ

José de Castro Meira relatou processo que
decidiu sobre dívida da Braskem

Mínistro do STJ votou a favor da Odebrecht; filho recebeu R\$ 11 mi

Laudo da Polícia Federal na Lava Jato revela que o escritório do advogado Marcos Meira, filho do ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça José de Castro Meira, recebeu R\$ 11,2 milhões da Odebrecht de 2008 a 2014.

Em 2010, o então ministro votou pela prescrição de dívida da Braskem, braço da empreiteira. O advogado nega irregularidades nos pagamentos e na decisão.

Laudo da Lava Jato diz que pagamento de R\$ 1,4 milhão ocorreu quatro dias antes de decisão na corte

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Um laudo feito pela Polícia Federal na Operação Lava Jato revela que o escritório do advogado Marcos Meira, filho do ex-ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) José de Castro Meira, recebeu pelo menos R\$ 11,2 milhões da Odebrecht de 2008 a 2014.

Em 2010, o então ministro Meira relatou um processo em que considerou prescrita uma dívida de R\$ 500 milhões cobrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional da Braskem, o braço petroquímico da Odebrecht.

O julgamento no STJ ocorreu em 5 de agosto daquele ano.

No dia 16 de novembro, Meira ainda relatou e rejeitou um recurso da Fazenda Nacional contra a decisão.

Os documentos da PF mostram que a Odebrecht mantinha na época relações financeiras com o filho do magistrado.

Em 12 de novembro, quatro dias antes de o recurso ser rejeitado pelo ministro, uma das empresas do seu filho recebeu R\$ 1,4 milhão da empreiteira.

O processo começou a tramitar no STJ após a Procuradoria da Fazenda recorrer de um acórdão do TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região a favor da Braskem.

A petroquímica argumentou, e o TRF concordou, que os créditos tributários em discussão “havia sido atingidos pelo prazo prescricional de cinco anos” da expedição das multas até a data de abertura de uma ação de execução fiscal.

No recurso ao STJ, a Fazenda apontou que o TRF ignorou a existência de várias certidões que, segundo o órgão, atestavam a suspensão de exigibilidade do crédito tributário em discussão.

As certidões foram apresentadas, de acordo com a Fazenda, por dez anos pela Braskem “sempre com a finalidade de obter certidões positivas com efeito de negativas de débitos fiscais”.

Durante o julgamento na segunda turma do tribunal, o ministro Herman Benjamin concordou com a alegação da Fazenda Nacional de que o TRF não analisou esse ponto.

“Se ficar demonstrado que a empresa apresentou requerimentos nos quais reconhece a existência do débito, houve a interrupção do prazo prescricional”, disse o ministro na ocasião.

No entanto, Castro Meira, que foi ministro do STJ de 2003 a 2013, defendeu, como relator do recurso, que a prescrição já havia ocorrido e o débito teria que ser desconsiderado.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

16 OUT 2016

Entre os argumentos, o ex-ministro citou uma súmula do STF (Supremo Tribunal Federal) que diz ser “inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Castro Meira também afirmou que seguia um entendimento tanto do TRF quanto do Ministério Público

Federal. O relatório foi então aprovado por três votos contra um.

De acordo com texto distribuído na época pelo STJ, “Meira, relator do caso, entendeu que o prazo para ajuizar a execução fiscal contra a empresa teria expirado em 2001. O processo envolve uma multa aplicada contra a Copesul, controlada hoje pela Braskem”.

Segundo laudo da Polícia Federal na Operação Lava Jato, a Odebrecht fez pagamentos a duas firmas do advogado Marcos Meira, a M Meira Associados e Consultoria e M Meira Advogados Associados e Consultoria.

A construtora pagou pelo menos R\$ 1,1 milhão no ano de 2008, R\$ 407 mil em 2009, R\$ 3,1 milhões em 2010, R\$ 5,1 milhões em 2012, R\$ 231 mil em 2013 e R\$ 876 mil em 2014.

CONTINUA

ENTENDA O CASO

JULGAMENTO

A Fazenda cobrava R\$ 500 milhões da Braskem, braço da Odebrecht, no STJ

DECISÃO

O relator do caso foi o ex-ministro José Carlos Meira, que deu parecer pela anulação da dívida

LAUDO

De acordo com a PF, a empreiteira fez pagamentos de R\$ 11,2 milhões para empresas do filho do relator, Marcos Meira

ÀS VÉSPERAS

Quatro dias antes da decisão, foi feito um pagamento de R\$ 1,4 milhão para uma das firmas do filho do juiz



O ex-ministro José de Castro Meira, que deixou o Superior Tribunal de Justiça em 2013

>OUTROLADO<

Envolvidos negam irregularidades nos pagamentos e em decisão

Procurado por meio de sua assessoria, o advogado Marcos Meira informou que “presta serviços” à Odebrecht “há cerca de 15 anos em diferentes áreas do direito, objeto e formas de contratação”.

O advogado informou que não poderia revelar a natureza dos serviços prestados à empreiteira porque está “incondicionalmente obrigado ao sigilo sobre sua atuação devido a cláusulas de confidencialidade”.

Sobre a participação do então ministro Castro Meira no julgamento de 2010, a assessoria informou que seu voto como relator “acatou na íntegra o parecer do Ministério Público, sem qualquer decisão sobre o mérito da causa”.

Segundo a assessoria, o parecer opinava “pelo reconhecimento do recurso em parte, especificamente no que diz respeito aos embargos de declaração (ou seja, por não haver discussão sobre o mérito da causa), mas negou provimento ao recurso especial nas demais demandas”.

Em nota enviada à **Folha**, a Odebrecht informou que não iria se manifestar sobre o assunto. A Braskem afirmou, também por nota, que “segue colaborando com a Justiça e reafirma seu compromisso com a elucidação dos fatos”.

A empresa fez referência a um comunicado do último dia 3, no qual informou que “iniciou discussões” com órgãos de controle norte-americanos para “negociações formais de acordo e na resolução das denúncias de irregularidades”, além de pretender “iniciar tratativas simultâneas no Brasil com o mesmo objetivo”.

16 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

O juiz Moro e o frade Savonarola

ELIO GASPARI

O paralelo histórico do professor Cerqueira Leite atirou no que viu e acordou emoções que não viu

O professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite publicou um artigo na **Folha** comparando o juiz Sergio Moro ao frade dominicano Girolamo Savonarola, que barbarizou a vida de Florença no final do século 15. Era uma época em que os pregadores tinham a popularidade dos roqueiros de hoje. Visionário, demagogo, moralista e ascético, Savonarola incendiou a cidade abatida por uma invasão estrangeira, pela fraqueza de sua elite, mais a peste, fome, misticismo e superstições.

Savonarola foi excomungado pelo papa Alexandre 6º (pai de pelo menos oito filhos) e, quando sua liderança popular enfraqueceu-se, acabou preso, torturado, enforcado e queimado. (Tempos depois apareceram flores no lugar do patíbulo. A retórica papista patrulhou a memória do frade com tamanha eficácia que a cidade de Florença levou quatrocentos anos para homenageá-lo com uma lápide no ponto da praça onde mataram-no.)

Cerqueira Leite concluiu seu artigo rogando uma praga: "Cuidado Moro, o destino dos moralistas fanáticos é a fogueira. Só vai sobreviver enquanto Lula e o PT estiverem vivos e atuantes. Ou seja, enquanto você e seus promotores forem úteis para a elite política brasileira".

Dias depois Moro respondeu ao professor com uma carta. Curta, dizia o seguinte:

"Lamentável que um respeitado jornal como a **Folha** conceda espaço para a publicação de artigo como o 'Desvendando Moro', e mais

ainda surpreendente que o autor do artigo seja membro do Conselho Editorial da publicação. Sem qualquer base empírica, o autor desfila estereótipos e rancor contra os trabalhos judiciais na assim denominada Operação Lava Jato, realizando equiparações inapropriadas com fanático religioso e chegando a sugerir atos de violência contra o ora magistrado. [...] Embora críticas a qualquer autoridade pública sejam bem-vindas e ainda que seja importante manter um ambiente pluralista, a publicação de opiniões panfletárias-partidárias e que veiculam somente preconceito e rancor, sem qualquer base factual, deveriam ser evitadas, ainda mais por jornais com a tradição e a história da **Folha**".

Não foi uma carta, mas uma sentença. Moro tem todo o direito de achar que o professor atacou-o com "estereótipos e rancor", mas foi com estereótipos e rancor que respondeu. Cerqueira Leite fez um paralelo histórico e Moro não discutiu uma só vírgula do artigo. Lamentou que o jornal publique coisas desse tipo e, pior, que mantenha o professor no seu conselho editorial. Despediu-se ensinando: "A publicação de opiniões panfletárias-partidárias [...] deveriam ser evitadas". Como? Savonarola publicava seus sermões e queimava os dos outros.

Moro viu demônios quando disse que Cerqueira Leite chegou "a sugerir atos de violência contra o ora magistrado". O papismo dizia que Savonarola era doido, mas o professor não sugeriu que se enforcasse o "ora" magistrado. Moro se

queixa de que a comparação com Savonarola não teve "base empírica". O que isso quer dizer, não se sabe.

O artigo de Cerqueira Leite foi mais uma opinião no grande debate aberto pela Operação Lava Jato. A contrariedade de Moro produziu uma surpresa: há algo de Savonarola no seu sistema.

ERRO

Estava errada a informação aqui publicada segundo a qual Michel Temer acumula o salário de presidente da República com o de procurador aposentado do Estado de São Paulo (R\$ 21 mil líquidos).

Aplicando todos os redutores e limites que a lei determina, Temer recebe mensalmente R\$ 24 mil.

CURITIBA

Condenado a 23 anos de prisão, o poderoso comissário José Dirceu teve mais um habeas corpus negado pelo ministro Teori Zavascki. Aos 70 anos, ele é um detento exemplar no presídio de Pinhais, no Paraná. Conformado, lê muito e recebe visitas semanais da mulher. Para quem viu o filme "Papillon", com Steve McQueen, ele ficou parecido com o sereno falsário Deга, vivido por Dustin Hoffman.

A cana de Pinhais é dura. A vigilância chega a impedir a entrada de comidas onde os policiais podem suspeitar que haja chips escondidos.

CONTINUA

16 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

MADAME NATASHA, O JUIZ E O PROFESSOR

CONTINUAÇÃO

SAN TIAGO DANTAS

Está chegando às livrarias o volume de "Escritos Políticos" de San Tiago Dantas. Reúne 113 textos de artigos e palestras produzidos entre 1929 e 1945.

O livro foi organizado pelo advogado Pedro Dutra, a quem se deve o resgate dessa grande figura. O mineiro San Tiago foi um dos maiores símbolos da elite intelectual, política e econômica do século passado. Foi do fascismo ao reformismo do governo João Goulart, a quem serviu como ministro das Relações Exteriores e da Fazenda. Advogado brilhante, perseguiu cultura, dinheiro e poder. Conseguiu a cultura que quis e o dinheiro que precisou, mas tropeçou na corrida pelo poder.

Pedro Dutra já publicou um premiado volume com a biografia de San Tiago até 1945 e está trabalhando no segundo.

Madame Natasha concedeu uma bolsa de estudos conjunta ao professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite e ao juiz Sergio Moro. Ambos chamaram o frade Girolamo Savonarola de "fanático". Natasha não discute a figura do dominicano, a quem detesta porque não gostava de festas e era muito feio. Para a senhora o problema está no uso da palavra "fanático". Ela é usada pelos poderosos para desqualificar coisas ou pessoas relacionadas com o andar de baixo. Savonarola não era fanático. Foi um radical, precursor da reforma da Igreja. O frade foi enforcado em 1498 e, em 1517, Martinho Lutero rachou a Igreja, afastando-se do luxo e da corrupção vaticana.

No Brasil foram "fanáticos" os miseráveis de Canudos e os posseiros do Contestado. Em 1974, a palavra foi usada pelo general João Baptista Figueiredo para qualificar jovens guerrilheiros do Araguaia que eram assassinados após se renderem às tropas do Exército.

FOLHA DE S. PAULO

PAULA CESARINO COSTA

Direito de criticar e de reclamar

Artigo sobre Sergio Moro e reação do juiz provocam críticas e levantam debate sobre pluralismo e limites

16 OUT 2016

COMO ESTÍMULO para repensar o jornalismo, destaquei na crítica interna que circula na Redação a proposta de reformulação defendida por Martin Baron, do "Washington Post", em entrevista à **Folha**. Quis chamar a atenção para um dos temas relevantes na tão necessária revitalização do fazer jornalístico.

Trata-se de discutir ao mesmo tempo a questão da isenção e do equilíbrio que se exige de uma cobertura e os novos hábitos do consumo de notícias que pedem que os jornais sejam mais incisivos e transparentes em suas posições.

Na semana que passou, a maior parte das mensagens dos leitores se concentrou na polêmica estabelecida a partir da publicação do artigo "Desvendando Moro", de autoria do físico e professor universitário Rogério Cezar de Cerqueira Leite, membro do Conselho Editorial da **Folha**.

A peça opinativa gerou uma carta de protesto do juiz Sergio Moro, publicada no Painel do Leitor, contra o artigo e contra o jornal.

Em seu artigo, Cerqueira Leite comparou Moro a Girolamo Savonarola, frade dominicano moralista, obcecado no combate contra a corrupção. "Savonarola foi queimado. Cuidado Moro, o destino dos moralistas fanáticos é a fogueira", escreveu o professor.

A reação de Moro, em sua carta, centrou-se mais na **Folha** do que nos argumentos esgrimidos por Cerqueira Leite. Queixou-se de que o articulista fez "equiparações inapropriadas", tendo chegado a "sugerir atos de violência contra o magistrado". "(...) A publicação de opiniões panfletárias-partidárias e que

veiculam somente preconceito e rancor, sem qualquer base factual, deveria ser evitada por jornais com a tradição e a história da **Folha**."

Também em carta, o físico voltou a acusar o juiz de parcialidade e disse que o "fogo" era uma metáfora.

A maioria dos leitores que escreveu à ombudsman e ao Painel do Leitor defendeu Moro. Além de criticar Cerqueira Leite, cobraram da **Folha** o porquê da publicação.

O jornal informou que artigos não refletem necessariamente sua opinião. Leitores replicaram: "Duvido que se [ele] não fosse do Conselho Editorial, a **Folha** teria publicado artigo tão vazio, raso e infantil", provocou Clodomiro Vergueiro Porto Filho. "Esse tipo de publicação empobrece o jornal e só provoca as piores impressões", disse Edgar Costa.

De outro lado, houve quem visse a defesa da censura prévia na posição de Moro. "Lamentar que se conceda espaço à publicação de artigo que não lhe agradou parece-me uma abominável tentativa de censura prévia", afirmou Fabrizio Wroli.

O editor-executivo Sérgio Dávila esclareceu que os postulados gerais do projeto editorial da **Folha** contam com a aprovação de seu Conselho Editorial, mas assuntos específicos nem sequer são submetidos à instância, que tem caráter consultivo, não deliberativo.

O editor-adjunto de "Opinião", Marco Rodrigo Almeida, considera que Cerqueira Leite é nome de prestígio na ciência e, no debate político, verbaliza a opinião de parcela da sociedade. Avalia que o artigo atende ao princípio de pluralidade.

A meu ver, a **Folha** acertou em publicar o artigo, em nome da pluralidade, mas talvez tenha falhado em não propor que o autor evitasse formulações que poderiam ser entendidas como estímulo à violência. É certo que o jornal tem responsabilidade pela qualidade do que seleciona para publicar, mas Moro errou ao querer a recusa pura e simples do texto em razão de seu conteúdo.

Os temas referentes à Lava Jato tornam-se cada vez mais inflamáveis. O leitor precisa Sobriedade e equilíbrio são essenciais para sermos justos na apuração e fiéis à verdade, como defendeu Martin Baron.

16 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Procurador vai apurar atuação de ministro

**Barros (Saúde) fez
campanha por aliados**

O Ministério Público Federal do Paraná acionou promotores de Justiça de 14 municípios do Estado para sugerir uma investigação da atuação do ministro da Saúde, Ricardo Barros, em campanhas de candidatos nesta eleição.

Os ofícios, assinados pelo procurador Alessandro José Fernandes de Oliveira, foram enviados para as cidades na última terça-feira (11).

Como mostrou a **Folha**, Barros utilizou a agenda oficial da pasta para participar de comícios e caminhadas com candidatos a prefeito.

Durante os atos, ele chegou a fazer promessas de construção e reforma de hospitais e falou em colocar recursos públicos à disposição das gestões, no caso de vitória dos aliados.

A resolução em vigor da Comissão de Ética Pública da Presidência proíbe aos ministros fazer promessa cujo cumprimento dependa do cargo, prejudicar o exercício de suas funções e recorrer a evento oficial para viajar com propósito eleitoral.

No documento, o procurador aponta que as notícias da atuação de Barros podem "indicar a possível ocorrência de abuso de poder de autoridade em benefício de candidatos nas eleições".

De acordo com a Procuradoria, cada município vai analisar o que fazer com o caso, podendo pedir até mesmo a cassação de mandatos daqueles que contaram com o apoio do ministro.

Nos locais em que a reportagem encontrou promessas do ministro, dois dos três candidatos tiveram bons resultados na eleição.

No município de Marialva, onde Barros prometeu construir um hospital em evento em setembro, ele apoiava o candidato Victor Martini (PP), que foi eleito prefeito com 69,9% dos votos.

OUTRO LADO

Procurada, a assessoria do Ministério da Saúde respondeu que o ministro exerce suas atividades conforme as orientações da CGU (Controladoria Geral da União), dentro do entendimento de agente político, e de acordo com as orientações do Tribunal Superior Eleitoral. (CAMILA MATOSO E RUBENS VALENTE)

Empreiteiro relata propina em obras de governos tucanos

DE SÃO PAULO - O sócio da empreiteira Engevix José Antunes Sobrinho afirmou a membros da AGU (Advocacia-Geral da União) e do Ministério da Transparência que a construtora pagou propinas ligadas a obras das estatais paulistas CDHU e Dersa durante os governos dos tucanos Geraldo Alckmin e José Serra, segundo reportagem da revista "Época" publicada neste sábado (15).

A publicação informa que, em negociação de delação da Engevix, Antunes também apontou suborno em contratos da empresa federal Valec e o do órgão federal Dnit.

As estatais afirmaram desconhecer casos de propinas nas obras, segundo a revista.

17 OUT 2016

Propina em obras

É rigorosamente falsa e irresponsável a notícia divulgada pela revista "Época" desta semana e repercutida pela **Folha** ("Empreiteiro relata propina em obras de governos tucanos", "Poder", 16/10) dando conta de que a Engevix, hoje sob comando do engenheiro José Antunes Sobrinho, tenha acusado empresas afetas ao governo de São Paulo de corrupção, citando valores ou nomes de pessoas. Até porque Antunes Sobrinho jamais teve qualquer tipo de contato com tais empresas.

LUÍZ CARLOS DUARTE, assessor de imprensa da Engevix (São Paulo, SP)

16 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Por R\$ 300, RG falso é feito em uma hora na praça da Sé

Venda ocorre em frente ao Poupatempo,
onde documentos legais são emitidos

Adolescentes compram para entrar em boates; polícia diz que sabe das vendas e que combate esse tipo de crime

JULIANA GRAGNANI
DE SÃO PAULO

Os gritos que anunciam a venda de “foto 3x4” na praça da Sé escondem um crime: o comércio de documentos falsificados. Bem em frente ao Poupatempo, na praça da Sé, onde identidades oficiais são emitidas, um grupo vende RGs e CNHs (Carteira Nacional de Habilitação) fraudados.

Por R\$ 300, uma pessoa pode se passar por outra, mudar a idade e o número de identidade em menos tempo que o processo oficial paulista. O esquema no centro de São Paulo é procurado por adolescentes, que usam falsificações para entrar em casas noturnas.

Com acompanhamento do departamento jurídico da **Folha**, a reportagem encomendou um RG e uma CNH para comprovar o esquema — os documentos serão entregues ao Ministério Público do Estado.

Em 70 minutos e com uma foto de criança, uma jornalista maior de idade “virou” uma

menina de 11. Esta repórter teve o nome e o de seus pais modificados. Bem-feitas, as cópias são elogiadas por peritos.

Para a compra, basta abordar alguns rapazes que anunciam a venda de fotos ou aqueles com coletes “compro ouro”. Com uma cópia do original, uma assinatura numa folha em branco e uma foto 3x4, uma nova identidade é feita.

“O papel é igual ao original. Não é original, mas é 80%”, disse um desses vendedores. Outro mostrou o próprio RG: “O nome não é meu”.

A negociação aconteceu em uma loja em frente ao Poupatempo, no nº 44 da rua do Carmo. As fotos 3x4 foram feitas ali. Um homem as levou, junto com as assinaturas e as cópias, para outro lugar, e instruiu a repórter a aguardar na parte externa do Poupatempo. Ali, a segunda via de um RG é emitida por R\$ 35,33 num prazo de até cinco dias úteis.

Setenta minutos depois, um gesto com a cabeça indicava que os documentos estavam prontos. As fraudes foram entregues num canto da loja.

Falsificar documentos, assim como seu uso, é crime, punido com reclusão de dois a seis anos e multa.

PERÍCIA

Um dos vendedores diz que o documento falso “passa a olho nu, mas não a laser”. Ele se refere à luz negra que verifica a fluorescência. Para o perito Celso Del Picchia, as falsificações são as melhores que já viu. “O documento não resiste à perícia, mas não é facilmente percebido por leigos.”

Uma lei de 1997 que criava um registro civil unificado nunca saiu do papel. Agora, o Congresso discute um novo projeto, proposto pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2015. O texto cria a Identificação Civil Nacional, com o CPF como número único e a biometria como meio para identificar os cidadãos, aproveitando a coleta do TSE.

O deputado federal Julio Lopes (PP-RJ), relator da proposta, diz que sua urgência será votada na terça (18). Ele afirma que o custo será “insignificante”, sem estimá-lo, porque a substituição de documentos seria feita aos poucos.

O delegado Amadeu dos Santos, do 1º DP, diz que esse tipo de crime é combatido.

Colaborou JÚLIA BARBON

CONTINUA

Jovens recorrem aos 'Felipes do RG' para ter falsificações

Esse é o nome pelo qual os vendedores são conhecidos; adolescentes dizem que entrega é feita perto de escolas

Falsificar documento, assim como seu uso, é crime; pais podem ser responsabilizados se ajudarem a obtê-lo

DE SÃO PAULO

"Fiz com o famoso 'Felipe do RG'. Ele faz para metade de São Paulo", diz Fernanda, 17. O "Felipe do RG" é como são conhecidas há pelo menos três anos nas escolas de classe média da cidade as pessoas que vendem documentos falsos. Data de nascimento, nome e até número do RG e do CPF são modificados.

À **Folha**, o rapaz que fez as falsificações encomendadas não se identificou como "Felipe", mas disse que ali havia "pelo menos três Felipes". "Aqui todo mundo é Felipe", afirmou. Alguns jovens dizem que o vendedor chega a encontrá-los perto da escola para entregar as falsificações.

Em condição de anonimato, a **Folha** falou com sete jovens, de escolas como Gracinha —no caso de Fernanda—, Bandeirantes, Vértice, Santa Cruz e Porto Seguro, que compraram documentos falsos por meio do esquema em frente ao Poupatempo da Sé. Todos os nomes citados na re-

portagem foram modificados.

"Fiz quando tinha 16. Todos os meus amigos tinham, sempre saíam e eu nunca podia. Resolvi fazer escondido dos meus pais", conta Amanda, que completa 18 no mês que vem. Ela estudou no Porto Seguro e agora está na faculdade. "Falei com um tal de 'Felipe' e ele fez para mim. Fui buscar perto de uma saída do metrô." Pagou R\$ 200.

"Hoje eu não uso mais porque agora acho ridículo", diz.

No caso de Patrícia, 18, que recorreu ao esquema quando tinha 16 e estudava no Porto Seguro, o "Felipe" buscou e entregou os RGs dela e de amigos na escola. "Mudei todos os meus dados", relata.

'SUPER CORRUPTO'

Caio, 19, diz que, quando era menor de idade, ele mesmo "fez no paint" para poder entrar em "alguns barzinhos" em Guarulhos (Grande SP), onde mora. Mas alguns amigos, conta, compraram seu RG falso na praça da Sé, pagando em média R\$ 300.

"É um esquema super corrupto. Hoje em dia não sei se faria", diz Giovana, 18, que fez seu RG falso há dois anos. "O pessoal [das escolas] passa o contato um para o outro", diz ela, que estudou no Bandeirantes. Na época, seus

amigos foram buscar o documento falso em uma estação de metrô, depois de terem ido ao local em frente ao Poupatempo para levar os documentos necessários. "O RG passava até na luz negra."

"Comprei porque queria ir para as baladas, nem era questão de bebida. Óbvio que lá dentro eu bebia, mas o principal era entrar, porque com 16 anos, na minha cabeça, quem ia para balada para maiores de idade era 'cool' e maduro", diz Livia, 18, ex-aluna do Vértice.

A falsificação de documento, assim como seu uso, é crime, punido com multa e reclusão de dois a seis anos. Caso prestem auxílio aos filhos, os pais podem ser penalizados. "Todavia, a responsabilização também ocorrerá caso os pais tenham conhecimento da prática dos crimes e não ajam de modo a impedi-los", diz a advogada criminalista Débora Pimentel.

Segundo o Subprocurador-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo Mário Luiz Sarrubbo, os menores pegos com documentos falsos costumam ser advertidos, seguindo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) —a internação serve para autores de crimes com violência ou reincidentes. (JULIANA GRAGNANI)

CONTINUA

16 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Delegado diz que polícia sabe do crime e o combate diariamente

DE SÃO PAULO

A 1 km da praça da Sé, no casarão onde fica o 1º Distrito Policial, na Liberdade (centro), o delegado Amadeu dos Santos diz que os policiais têm ciência do crime de falsificação de documentos e que o combatem “diariamente”.

“Não tem essa de ‘ah, vamos investigar’. É direto”, diz.

Em 2016, foram 24 ocorrências no 1º DP envolvendo documentos falsos na praça da Sé. Dos 24, 17 foram em flagrante. “A maioria de atestados falsos. Mas tivemos RG e CNH também”, afirma.

A investigação, diz ele, é feita com policiais infiltrados que acompanham a negociação dos documentos falsos. “Muitas vezes, são pessoas que estão aí no meio da população. Não tem central onde

você vá pegar uma pessoa com 50 espelhos de RG ou CNH. É muito pulverizado”, afirma. O que dificulta, diz Santos, é que, para inibir flagrantes, os vendedores não carregam nada com eles. “Trabalham como formiguinhas.”

A Receita Federal informou que fez a integração de seus bancos de dados com a base do cadastro eleitoral do TSE, vinculando mais de 170 milhões de pessoas e passando a exigir o título de eleitor como documento obrigatório para inscrição de CPF, de modo a inibir fraudes.

O Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD) informa que as cédulas de identidade reais contêm perfuração com a inscrição IIRGD entre a foto e a digital, marca d’água e código criptografado, entre outros. (16)

Área jurídica acompanhou reportagem

O departamento jurídico da **Folha** acompanhou desde o início todo o processo de produção da reportagem.

A orientação dos advogados do jornal teve como objetivo documentar que o único interesse era jornalístico: revelar o esquema de falsificação de RGs e CNHs que existe em São Paulo e submeter os documentos a peritos, e não utilizá-los para fins ilícitos.

O RG com data de nascimento alterada e a CNH com nomes modificados serão entregues ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

16 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Processo no STF pode elevar ISS de advogados em mais de 200%

Uma disputa que chegou ao Supremo Tribunal Federal entre a OAB/RS e a prefeitura de Porto Alegre poderá elevar o ISS (Imposto Sobre Serviços) que as cidades cobram de sociedades de advogados.

Uma lei federal de 1968 estabelece a tributação municipal de uma alíquota fixa por sócio. A prefeitura entende que os sócios de bancas devem pagar uma porcentagem do faturamento.

Na capital gaúcha, isso implicaria incremento de 208% nessa tributação de escritórios de direito, que chegaria a cerca de R\$ 7,4 milhões ao mês, segundo André Butzen, diretor de receita mobiliária da prefeitura.

O STF determinará se as cidades podem regulamentar a lei de 1968. "A regra federal é uma norma, mas a resolução é de competência do legislador municipal."

"Há preocupação pelo atual momento de crise, pois pode pesar na decisão uma sensibilidade do Supremo em relação aos cofres municipais", diz Gabriela Miziara, do Siqueira Castro.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

15 OUT 2016

Operação LavaJato

Respondo aqui ao juiz Sergio Moro, embora ele não tenha se rebaixado a responder a um simples plebeu, preferindo incitar a **Folha** a censurar meus artigos (Painel do Leitor, 12/10). Acusa-me o juiz de promover atos de violência. O fogo a que me refiro é o fogo da história. Intelectos condicionados por princípios de intolerância não percebem a diferença entre metáforas e ações concretas. O juiz ainda se esquivava de responder à principal acusação que lhe faço, a de que é absolutamente parcial e está a serviço das classes dominantes.

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, professor emérito de física da Unicamp (Campinas, SP)

Causou-me constrangimento o texto de Rogério Cezar de Cerqueira Leite ("Desvendando Moro", Tendências/Debates, 11/10). Savonarola simplesmente desprezou as ameaças do papa Alexandre 6º, sendo, inclusive, excomungado por isso. E não foi queimado em Roma, mas em Florença, por desejo explícito dos seus cidadãos, cansados dos devaneios ideológicos extremados do frade. Moro está muito mais para os cidadãos de Florença do que para Savonarola ou para o papa, como quer inferir o sr. Utopia. Dá-lhe, Moro.

EDUARDO C. GUIMARÃES (Belo Horizonte, MG)

NOTA DA REDAÇÃO - Leia abaixo a seção "Erramos".

ERRAMOS

OPINIÃO (11. OUT, PÁG. A3) Diferentemente do publicado no artigo "Desvendando Moro", de Rogério Cezar de Cerqueira Leite, o dominicano Girolamo Savonarola foi enforcado e queimado em Florença, não em Roma. O texto também informou incorretamente que procuradores federais integram a Promotoria Pública.

15 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

OSCAR VILHENA VIEIRA

Direitos e privilégios

**A PEC 241 não foi capaz
de reconhecer a distinção
essencial entre o que
beneficia a todos ou a poucos**

A CONSTITUIÇÃO não pode ser tratada como um pacto suicida. Por isso, dispõe de mecanismos de reforma, que permitem a uma maioria qualificada fazer correções de rumo. Não há dúvida de que o Estado brasileiro vem gastando mais do que arrecada e isso precisa ser urgentemente corrigido, antes que a embarcação vá a pique. Nesse sentido, estabelecer um dispositivo que limite os gastos públicos é essencial.

O modelo escolhido pela PEC 241, no entanto, guarda problemas. Da perspectiva constitucional, o seu principal vício é não fazer a devida distinção entre direitos fundamentais e privilégios indevidamente incrustados no sistema jurídico. Esta distinção é fundamental, não apenas por uma questão moral, mas também jurídica, na medida em que a Constituição não confere aos privilégios a mesma proteção que assegura aos direitos fundamentais (artigo 60, 4º, IV).

A distinção não é simples, até porque direitos e privilégios têm estruturas semelhantes. Ambos indicam a existência de uma relação jurídica em que o sujeito do direito, ou do privilégio, é beneficiário de deveres por parte de outras pessoas ou do Estado. O que permite que muitos privilégios se encontrem camuflados entre os direitos.

As principais distinções entre essas duas categorias jurídicas são o modo como são distribuídos e a forma como são justificados. Direitos são distribuídos de maneira mais imparcial, o que significa que se

uma pessoa tem um determinado direito, todas as demais deveriam ser beneficiárias deste mesmo direito. Por outro lado, a promoção de valores de máxima importância para a comunidade, como igualdade, liberdade ou dignidade é o que justifica a criação de um direito.

Os privilégios, por sua vez, beneficiam grupos menores, eventualmente uma única pessoa, excluindo-se todas as demais. Grande parte dos privilégios carecem de uma justificativa moral mais robusta. No mais das vezes, decorrem do mero fato de que um grupo tem o poder de impor seus interesses sobre toda a sociedade, que passa a arcar com seus custos.

Ao estabelecer um teto horizontal aos gastos públicos, a PEC 241 não foi capaz de reconhecer essa distinção essencial, conferindo o mesmo tratamento fiscal a privilégios, voltados a maximizar os benefícios de grupos poderosos, e a direitos fundamentais, que têm por finalidade garantir a dignidade humana e promover um padrão mínimo de justiça social. A inexistência de um mecanismo sensível a essa distinção, que dê prevalência aos direitos fundamentais sobre outros interesses, macula o novo regime fiscal proposto pela PEC 241 e irá gerar intermináveis batalhas judiciais.

É ingênuo crer que a transferência para o nosso Congresso da solução de todos os conflitos distributivos irá favorecer os direitos difusos da maior parte da população, que depende de serviços como educação, saneamento, assistência social

e saúde, em detrimento de interesses específicos dos setores mais poderosos por empréstimos com juros subsidiados, aposentadorias opulentas ou um sistema tributário regressivo e forrado de exonerações e incentivos aos mais ricos. Em momentos de escassez os conflitos tendem a se agravar e os mais fortes a levar a melhor. É a lei da natureza, mas não o que prevê a Constituição.

15 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Proposta de teto de gastos precisa de ajustes?

SIM

Prazo longo demais

JOLANDA ELINE YGOSSE BATTISTI

A polêmica PEC 241, que estabelece um teto para os gastos públicos, ainda precisa passar por mais três votações antes de entrar em vigor —uma segunda votação na Câmara e mais duas no Senado. Oportunidade, portanto, para propor ajustes importantes.

A ideia original é muito simples: as despesas primárias líquidas da União, corrigidas por alguns postos que ficam fora do teto, não poderão ultrapassar algo em torno de R\$ 1,2 trilhão por ano. Com a retomada do crescimento do PIB prevista a partir de 2017, projeções indicam que o déficit primário logo seria transformado em um superavit.

Os juros que o governo deve às famílias brasileiras poderiam ser pagos com receitas fiscais correntes, ao invés de aumento da dívida pública —que, por sua vez, começaria a cair. Isso resultaria em uma queda da taxa de juros real, e o governo voltaria a estar em uma situação fiscal sustentável.

Estamos à beira de uma crise fiscal —impor um teto aos gastos é uma forma inteligente de revertê-la, sem agravar a atual situação econômica. Então, o que há de errado na proposta?

Primeiro, o prazo. Vinte anos? Com isso, o governo está querendo ser “mais realista que o rei”. Vários governos no mundo já estabeleceram tetos para seus gastos, mas nenhum deles adotou um prazo tão longo, e com razão.

Os tetos dos gastos públicos na Suécia são revistos a cada três anos. Em países como Finlândia e Holanda, o ajuste é feito a cada quatro anos, como parte do processo de eleição e escolha do novo governo.

Se o objetivo for a sustentabilidade fiscal, 20 anos é um exagero total. Na atual conjuntura, em menos de quatro anos de congelamento de gastos já seria possível gerar superavit primário e dívida pública sustentáveis.

O segundo erro foi desconsiderar que o Brasil está em uma fase de desenvolvimento muito diferente da dos países citados anteriormente, Estados de bem-estar social altamente evoluídos.

O governo holandês, por exemplo, gastará 29% do Orçamento público com saúde e 30% com seguro social e mercado de trabalho em 2017. Quem perde o emprego ou fica doente naquele país está protegido. No Brasil ainda não chegamos nem perto disso.

Quantos de nossos desempregados recebem de fato o seguro-desemprego? Como isso ficará no ano que vem, quando a falta de vagas no mercado ainda deverá aumentar?

O melhor seria não fazer um teto genérico, mas sim um teto para cada área, com escolhas explícitas para educação, saúde e seguros sociais, cujos gastos não podem ser tratados da mesma forma que os do aparelho burocrático.

A proposta deveria priorizar al-

gumas áreas, com base em escolhas de eleitores, e não apenas por decisão dos governantes.

Quais ajustes deveriam ser feitos, além de reduzir o prazo para quatro anos e debater com a sociedade a evolução do espaço fiscal para a política social?

Um bom começo seria criar um Comitê do Orçamento Público, cuja avaliação independente daria credibilidade a propostas sustentáveis.

Outro ponto crucial seria dar mais visibilidade ao impacto que as propostas orçamentárias trarão para a sociedade, em termos de evolução da renda per capita.

A sociedade precisa saber quanto a renda de famílias de diferentes perfis socioeconômicos aumentará ou cairá sob diferentes cenários de gastos públicos, cobrança de impostos e contribuições sociais.

Essas projeções ficariam a cargo de instituições de pesquisa independentes, tanto na fase de elaboração da proposta de lei orçamentária como na época das eleições, quando o tetos de gastos deveria ser elaborado para o próximo mandato.

Medidas assim aumentariam a transparência da discussão e protegeriam os eleitores de candidatos com propostas fiscais insustentáveis.

JOLANDA ELINE YGOSSE BATTISTI, 50 anos, é economista e professora de macroeconomia e economia brasileira na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Também lecionou economia internacional na Universidade de Amsterdã

CONTINUA

15 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NÃO

Projeto traz lições de economia

SÉRGIO ALMEIDA

Governos não têm dinheiro. O que gastam é, em essência, proveniente das famílias, na forma de imposto ou de empréstimo sobre os quais pagam juros. Esse é um princípio fundamental das finanças públicas.

O governo brasileiro sistematicamente gasta mais do que arrecada. Esses deficit são graves, uma vez que, ao pressionarem a taxa de juros para cima, contaminam necessariamente toda a economia. O princípio acima dita que há apenas três formas de eliminar esses deficit: aumentando impostos, endividando-se ou cortando gastos.

A proposta de emenda constitucional (PEC) 241 é uma primeira peça em um quebra-cabeça de reformas que ataca nosso problema fiscal pelo lado que o governo melhor controla: o gasto público.

A PEC 241 estabelece um limite para a soma das despesas primárias e uma regra de reajuste desse limite pela inflação do exercício anterior. A medida tem o benefício imediato de interromper o crescimento acelerado do gasto, diminuir a necessidade de aumento de impostos e tornar crível que o desajuste fiscal será resolvido.

Isso abre espaço para a queda dos juros e da inflação, com consequente retomada do crescimento da economia. Sua aprovação, entretanto,

terá uma série de outros benefícios.

Primeiro, terá o efeito pedagógico de finalmente ensinar que há uma restrição orçamentária por parte do governo. Isso deixará explícita a natureza conflituosa das escolhas de gasto e nos forçará a escolher as prioridades nacionais.

Segundo, devolverá para nossos representantes no Congresso a prerrogativa de decidir com exclusividade sobre a composição dos gastos orçamentários. Sempre houve um limite para os gastos, mas a natureza sistematicamente fictícia do Orçamento votado no Congresso transferia parte das decisões a burocratas. A PEC dará mais legitimidade e transparência a essas escolhas.

Terceiro, funcionará como um poderoso mecanismo de alinhamento de muitos que recebem benefícios da Previdência. A população está envelhecendo. Os gastos previdenciários tendem a aumentar em ritmo crescente.

Na presença de um teto para a soma das despesas primárias, honrar tais gastos previdenciários exigirá um achatamento de outros gastos. Reformar a Previdência passa então a ser do interesse de todos que perderiam com essa nova configuração — milhões de brasileiros. Isso ajudará o governo a preservar algum capital político para enfrentar

reformas posteriores.

Quarto, ajudará a racionalizar e “suavizar” ao longo do tempo o investimento em saúde e educação. Como há pisos constitucionais para essas áreas, muitos gestores se veem forçados a realizar gastos desenfreados no fim do exercício, possivelmente não planejados e ineficientes, a fim de cumprirem a lei.

Há críticas à proposta. As propositivas advogam, como alternativa, o aumento da tributação, a redução dos juros “na marra” e o aumento dos gastos que induziriam crescimento e aumento da receita, aliviando um desequilíbrio fiscal causado justamente pelo dispêndio da verba pública. Conceitualmente erradas, essas ideias já foram tentadas no passado recente, sem sucesso. Não faz sentido insistir no erro.

A PEC 241 surge como resposta a uma grave crise fiscal que produziu uma das maiores recessões da história econômica brasileira. Dizem que temos três escolhas quando algo ruim acontece: deixar que isso nos defina, nos destrua ou nos fortaleça. Há inúmeras razões para acreditar que a PEC 241 nos fortalecerá.

SÉRGIO ALMEIDA é professor de teoria microeconômica na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. É doutor na área de economia comportamental e experimental pela Universidade de Nottingham (Reino Unido).

15 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Odebrecht deve incluir mais 30 em acordo de delação

Funcionários integraram negociação após serem mencionados por colegas

**Com acréscimo,
empresa pode ter mais
de 80 colaboradores;
conversas iniciais citam
Temer, Lula e Dilma**

BELA MEGALE
ENVIADA ESPECIAL A CURITIBA
WÁLTER NUNES
DE SÃO PAULO

A Odebrecht deve incluir mais 30 funcionários no acordo de delação premiada que negocia com o Ministério Público Federal. Se isso acontecer, a empresa pode ter ao todo mais de 80 delatores na Operação Lava Jato.

Os novos nomes passaram a fazer parte das negociações há cerca de duas semanas, quando foi fechado o escopo do que a empresa irá relatar.

Inicialmente, a empreiteira negociava um acordo para 53 executivos, entre eles o ex-presidente e herdeiro do grupo baiano, Marcelo Odebrecht, preso há um ano e quatro meses em Curitiba.

No decorrer das conversas, eles trouxeram informações que incluíram outros funcionários do grupo. Os procuradores sugeriram, então, que esses citados relatassem os fatos dos quais participaram.

Se forem contemplados no acordo, parte deles entrará na categoria de lenientes, ou seja, sem sanções penais ou

multas. A questão deve ser decidida na próxima semana, a partir da análise dos relatos.

Já os demais 53 terão pela frente cenário mais difícil. Só de multa, terão que pagar, segundo a **Folha** apurou, 30% dos últimos dez anos de salário que receberam da empresa. Aqueles com cargos mais altos perderão ainda os bônus que receberam em contas no exterior.

No entanto, muitos devem se livrar da prisão, sobretudo os que já cumpriram preventiva — com exceção de Marcelo Odebrecht. Eles iniciarão as penas acordadas em regime domiciliar.

Até o momento, os procuradores bateram o martelo nos acordos de mais de 40 executivos da companhia.

Penas, multas e o escopo do que será falado foram definidos, faltando assinar o documento, fato que deve acontecer no próximo mês, segundo envolvidos nas tratativas.

Entre os acordos está o que envolve Marcelo Odebrecht. O herdeiro queria sair da prisão logo após fechar delação, mas os procuradores insistiam que ele completasse quatro anos em regime fechado.

Segundo a reportagem apurou, as conversas avançaram e a pena diminuiu em relação

ao inicialmente desejado pela força-tarefa, mas o tempo que ele continuará preso ainda é mantido em segredo.

Marcelo externou muita irritação com o fato de ter que permanecer mais tempo preso após a homologação de sua colaboração. Pessoas que tiveram contato com ele disseram que o empreiteiro chegou a reagir com gritos na carceragem ao receber a notícia.

CONTEÚDO

A delação da Odebrecht é uma das mais aguardadas pela força-tarefa da Lava Jato.

Nas conversas preliminares, políticos de vários partidos foram mencionados, entre eles o presidente Michel Temer, os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, o ministro tucano José Serra (Relações Exteriores), governadores e parlamentares. Todos negam irregularidades.

Há executivos que ainda não conseguiram fechar acordo com os procuradores, entre eles o ex-diretor Alexandrino Alencar, que chegou a ficar quatro meses preso em 2015. Os procuradores acreditam que Alencar esconde informações, boa parte referentes a Lula, com quem tinha relação de proximidade.

CONTINUA

15 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MEGA DELAÇÃO

Acordo da Odebrecht pode envolver 80 funcionários



CONTINUAÇÃO

Outro funcionário do grupo que teve o acordo rejeitado recentemente foi o vice-presidente de relações institucionais da Odebrecht em Brasília, Claudio Melo Filho.

Assim como Alencar, ele estaria preservando políticos, segundo envolvidos na negociação. Pessoas próximas de Alencar e Melo, porém, dizem que nas últimas horas da sexta-feira (14) as conversas avançaram e os dois podem fechar o acordo.

Procurada, a Odebrecht não quis se manifestar.

Negociação

O ex-presidente e herdeiro do grupo Odebrecht, **Marcelo Odebrecht**, e outros executivos prestam depoimentos e negociam benefícios. A Lava Jato propôs inicialmente que Marcelo cumpra pena de quatro anos em regime fechado. Também é negociada uma multa bilionária à empreiteira

O que a delação deve afirmar



Pagamento ao marqueteiro

Empreiteira teria pago o marqueteiro **João Santana**, que fez as campanhas de Dilma Rousseff, por fora na Suíça. A mulher de Santana, a publicitária Mônica Moura, confessou que recebeu US\$ 3 milhões da Odebrecht no exterior



Campanha de Serra

Segundo a delação da empreiteira, a campanha de **José Serra** à Presidência em 2010 recebeu R\$ 23 milhões via caixa dois. Executivos dizem ainda que houve pagamento de propina pela obra do Rodoanel em SP. O ministro nega



Planilha de propinas

Executivos devem afirmar que os ex-ministros **Guido Mantega** e Antonio Palocci, alvos de operações da Polícia Federal, receberam R\$ 50 milhões e R\$ 6 milhões em propina, respectivamente. Ambos negam irregularidades

FOLHA DE S. PAULO

LEANDOR COLON

Fortes emoções

15 OUT 2016

BRÁSILIA - Gim Argello condenado a 19 anos de prisão, Eduardo Cunha réu pelas mãos de Sergio Moro, Lula réu pela terceira vez desde o início das investigações e executivos da Odebrecht prestes a selar um acordo de delação premiada.

A Lava Jato avança em direção ao epicentro do esquema, apesar de tropeços no próprio ego e de deslizamentos autoritários. Investigadores destacam, em conversas reservadas, que novembro e dezembro serão decisivos para o futuro das apurações.

Não à toa. Três peças — Gim Argello, Cunha e Odebrecht — podem ser fundamentais para o xeque-mate que a operação quer dar no controle político do petrolão (leia-se aí os principais partidos do país, incluindo a trinca PT, PMDB e PSDB).

Inexpressivo e desimportante para quem vive fora de Brasília, Gim talvez seja o símbolo máximo da corrupção rasteira que impregna o poder. Já fez de tudo, do modelo “baixo clero” usando entidades fantasmas para receber suas emendas parlamentares à prática requintada de cobrar propina em troca de proteger empreiteiros da CPI da Petrobras.

Gim é ex-senador e sabe demais. Passou anos com acesso a gabinetes de ministros e senadores, entre eles o do presidente do Senado, Renan Calheiros. É (era?) amigo do alagoano. Trancafiado numa prisão, tem deixado os velhos parceiros em pânico com a possibilidade de entregá-los.

Cunha ganhou um prazo para apresentar a Sergio Moro sua defesa da acusação de que recebeu R\$ 5 milhões de propina em conta na Suíça. O deputado cassado diz que não delata porque não cometeu crime algum. A esperar se manterá o discurso em caso de condenação e cadeia.

E ao menos 50 executivos da Odebrecht devem assinar nos próximos dias o tão negociado acordo de colaboração da empreiteira. Reportagem da **Folha** mostra que outros 30 funcionários do grupo estão na fila.

Será uma hecatombe política sem precedentes, segundo os envolvidos. Um final de ano de fortes emoções.

15 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Promotores entram com ação contra Folha

Motivo é reportagem em que especialistas criticam
denúncia contra o ex-presidente Lula

Os promotores de Justiça Cassio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique Araújo apresentaram à Justiça uma ação de indenização por danos morais contra a Empresa Folha da Manhã S.A., que edita a **Folha**.

A petição inicial da ação indica o texto "Especialistas criticam as peças de acusação contra Lula", publicado em 12 de março deste ano, como causador de danos à imagem dos promotores.

Na reportagem, dos jornalistas Mario Cesar Carvalho e Bela Megale, são ouvidos especialistas da área jurídica, alguns não identificados, sobre a denúncia elaborada pelos três promotores contra o ex-presidente Lula.

Os três membros do Ministério Público de São Paulo alegam que trechos da reportagem configuraram "atos atentatórios" à honra deles.

Os integrantes da Promotoria paulista apontaram as seguintes passagens como ofensivas: "A acusação é 'um lixo'. Não são promotores, são 'três patetas'. Deram um 'tiro no pé': vão ajudar o ex-presidente Lula com essa acusação tão simplória. Foi assim que a denúncia e o pedido de prisão do ex-presidente Lula foram avaliados por professores de direito e especialistas ouvidos pela **Folha**".

Segundo o entendimento da defesa dos promotores, o fato de a reportagem não revelar os nomes dos autores dessas críticas faz com que elas não possam "ser consideradas expressões provenientes de terceiros, se não forem eles identificados".

O valor de condenação pedido na causa é de R\$ 600 mil reais, a ser repartido em partes iguais entre os três.

O departamento jurídico da **Folha** informou que o jornal ainda não foi formalmente citado pelo Judiciário sobre a ação judicial, mas afirma que o teor da reportagem sobre a denúncia dos promotores está em conformidade com a liberdade de expressão e crítica protegida pela Constituição Federal.

15 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Decisão da Justiça volta a travar PPP da iluminação de Haddad

Prefeito de SP corria para tentar concluir licitação ainda este ano

O Tribunal de Justiça de São Paulo derrubou a decisão de primeira instância que liberava a gestão Fernando Haddad (PT) para seguir adiante com a PPP (parceria público-privada) da iluminação, orçada em R\$ 7,2 bilhões.

No último dia 2, data da eleição municipal, a Justiça decidiu que o TCM (Tribunal de Contas do Município) não tinha autoridade para impedir a licitação. Parecer do TCM barrava o processo, após o órgão ser acionado por um dos concorrentes, o consórcio FM Rodrigues/CLD.

O grupo empresarial apelou ao TJ e conseguiu reverter a decisão de primeira instância nesta quinta-feira (13). Com isso, volta a valer a decisão do tribunal que havia paralisado a PPP. O processo prevê expandir, modernizar e manter a iluminação da cidade pelos próximos 20 anos.

Como se trata de uma das bandeiras de Haddad, a gestão petista já havia começado a correr na tentativa de terminar a PPP até o fim do ano.

A prefeitura já havia anunciado que abriria na próxima terça (18) os envelopes com as propostas dos dois únicos consórcios que permanecem na licitação: o Walks e FM Rodrigues/CLD.

Durante os debates entre candidatos à eleição municipal, Haddad, que pleiteava a reeleição, foi cobrado por não ter concluído o processo.

“Se não tiver nenhum óbice, novas paralisações, tempo há [para terminar a PPP neste mandato]. Temos dois meses e meio. Seria bacana a gente entregar para a cidade uma coisa que vai modernizar a iluminação”, afirmou o secretário municipal de Serviços, Simão Pedro, na terça-feira passada (11).

A FM havia acionado o TCM afirmando que as garantias de cumprimento do contrato dadas pela adversária não eram válidas.

O outro consórcio concorrente, o Walks, sustenta que tem como cumprir o contrato e que as empresas que fazem parte do consórcio têm expertise de mais de 50 anos na área. (ARTUR RODRIGUES)

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ritmos desiguais

Enquanto em Curitiba se decidem com celeridade os casos de corrupção, investigações no STF se desenvolvem a passos lentos

Devido às circunstâncias processuais, recaem sobre uma vara federal de Curitiba, e sobre as decisões de um único juiz, Sergio Moro, as principais responsabilidades na punição do maior escândalo de corrupção já investigado no país.

Sendo geralmente confirmadas em segunda instância, as decisões de Moro terminaram por transformá-lo numa espécie de ídolo junto a amplos setores da população.

Eis aí algo curioso: o status de celebridade que adquiriram o juiz e os procuradores de Curitiba não deixam de ser consequência da relativa incapacidade do sistema investigativo e judicial brasileiro, como um todo, de dar respostas tão prontas às denúncias de corrupção que se multiplicam no país.

Enquanto Moro determinou a condenação do ex-senador Gim Argello (PTB-DF) a 19 anos de prisão, acusado de cobrar propinas para deixar de convocar donos de empreiteiras à CPI da Petrobras, em 2014, prolongam-se sem resultado as investigações sobre supostas propinas repassadas por empresas a governos do PSDB.

Verdade que até surgem um exemplo ou outro de maior presteza Brasil afora. Na quinta-feira (13), o ex-presidente Lula (PT) foi transformado em réu pela tercei-

ra vez, duas das quais em Brasília — a outra em Curitiba.

Um dia depois, a Justiça paulista avançou em um caso indiretamente relacionado às tramas desvendadas pela Lava Jato, o das acusações de fraudes na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop).

Foi aceita a denúncia contra João Vaccari Neto, ex-presidente da cooperativa e ex-tesoureiro do PT, e o sócio da construtora OAS Léo Pinheiro, ambos já condenados e presos no Paraná. A ação penal sobre a Bancoop se refere a fatos supostamente ocorridos de 2009 a 2015.

Não há, infelizmente, exemplos de celeridade semelhantes no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Correm por lá, em decorrência do foro privilegiado, investigações referentes a dezenas de políticos envolvidos na Lava Jato.

Só há menos de duas semanas liberou-se para apreciação do plenário um processo relativo ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

O episódio não guarda relação com os escândalos recentes da Petrobras. Remonta a 2007, quando se revelou que a construtora Mendes Júnior teria contribuído para pagar a pensão devida por Renan à jornalista Mônica Veloso, com quem tivera uma filha.

Os muitos parlamentares acusados de corrupção na Lava Jato — que investiga esquema incomparavelmente mais complexo — certamente haverão de se sentir tranquilos se for esse o ritmo do STF.

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Suplente preso tenta assumir na Câmara

Eleição de titulares para prefeituras deixa políticos com problemas na Justiça na iminência de se tornarem deputados

Detido, Osmar Bertoldi (DEM-PR) é acusado de sequestrar, espancar, estuprar e de manter em cárcere a ex-noiva



O suplente Osmar Bertoldi (DEM), que está preso no Paraná

**RANIER BRAGON
DANIEL CARVALHO**
DE BRASÍLIA

Com a saída de congressistas para ocupar o cargo de prefeito ou vice, a Câmara dos Deputados poderá ter até 25 novos integrantes a partir de janeiro, entre eles um que atualmente está preso por descumprir ordem de não se aproximar da ex-noiva, a quem é acusado de sequestrar, espancar, estuprar e manter em cárcere privado.

Osmar Bertoldi (DEM-PR), 47, ocupa desde fevereiro uma cela no Complexo Médico-Penal de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, o mesmo que abriga presos da Operação Lava Jato.

Tendo recebido quase 82 mil votos em 2014, ele já poderia ter assumido o mandato neste ano em duas ocasiões, entre elas com a ida de Ricardo Barros (PP) para o Ministério da Saúde.

Pelo fato de ele estar preso, porém, a Câmara convocou outros suplentes. Bertoldi é, agora, o primeiro da lista de substituição de Marcelo Belinati (PP-PR), eleito para a Prefeitura de Londrina.

A assessoria técnica da Câmara afirmou que chamará Bertoldi para tomar posse caso seja solto até dezembro.

Sua defesa ingressou no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal com pedidos para revogar a prisão e assegurar a posse dele. No STJ foi negada liminar em decisão publicada nesta sexta (14). No STF não há decisão ainda, mas a Procuradoria-Geral da República manifestou-se contra.

Segundo a denúncia do Ministério Público do Paraná, Bertoldi espancou, estuprou e manteve em cárcere privado a ex-noiva Tatiane Bittencourt em 2015, com o auxílio de funcionários. Ele acabou preso em fevereiro deste ano

por descumprir a ordem judicial de manter distância mínima de Tatiane.

O caso resultou em duas ações penais. Em uma delas, ele foi absolvido das acusações de violação de domicílio, coação e desobediência.

No primeiro turno das eleições, dez deputados se elegeram prefeitos ou vice. Outros 15 disputam o segundo turno. Na lista dos outros 24 possíveis novos deputados está Evisnaldo Cruz (PMDB-PB), mais conhecido como Elvis, que entra no lugar de Manoel Júnior (PMDB-PB), eleito vice-prefeito de João Pessoa.

Ele teve só 2.111 votos em 2014, mas ganhará o mandato na carona de votações expressivas de colegas de sua coligação. As contas de campanha de Elvis foram desaprovadas por unanimidade pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba em 2014 sob o argumento de que ele não apresentou a prestação exigida pela legislação.

CONTINUA

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Candidata derrotada na disputa pela Prefeitura de Itapemirim (ES), Norma Ayub (DEM) aguarda o resultado da disputa em Vila Velha (ES) para ocupar cadeira na Câmara. Ela foi condenada em primeira instância por improbidade administrativa por causa da construção de banheiros públicos de forma irregular em área de preservação, quando foi prefeita da cidade. A obra custou mais de R\$ 63 mil.

Ela recorre da sentença da suspensão dos direitos políticos e multa.

O ex-deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG) depende da eleição da deputada Margarida Salomão (PT-MG) como prefeita de Juiz de Fora para retornar à Câmara.

Ele responde a ação ajuizada pelo Ministério Público que cobra R\$ 19,8 mil correspondentes ao uso particular de aeronaves do governo mineiro na época em que era secretário da Agricultura.

▷ OUTRO LADO ◁

Defesa diz que acusação de agressão é falsa

Os advogados Caio Fortes de Matheus e Claudio Dalle-done Junior, que atendem Os-mar Bertoldi na área criminal, negam as suspeitas sobre o suplente.

Eles dizem que as acusações "são fruto de um plano criminoso de ascensão financeira, social e política de alguém que, após pretensamente 'ter sido' estuprada, sequestrada, lesionada, mantida em cárcere privado, continuou a frequentar com Os-mar Bertoldi os hotéis e restaurantes mais requintados do Sul do país, fazer compras em joalheria de luxo, e ajuizou ação requerendo o sobrenome do hipotético 'estuprador' e mais de R\$ 1 milhão".

A **Folha** não conseguiu contatar a ex-noiva dele.

A defesa de Norma Ayub diz que ela pagou pelo prejuízo e não obteve vantagem com a obra. A reportagem não conseguiu falar com os advogados de Silas Brasileiro e do peemedebista Elvis.

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Projeto do governo define prazos para adoções no país

De acordo com proposta, processo poderia ser concluído em sete meses

Medidas propostas pelo Ministério da Justiça estão em consulta pública e devem ir ainda neste ano para Câmara

**NATÁLIA CANCIAN
DE BRASÍLIA**

O governo federal quer mudar as regras de adoção de crianças e adolescentes no país, colocando prazo para a conclusão do processo. O objetivo é reduzir o número de las nos abrigos e a espera dos pretendentes para adotar.

Anteprojeto de lei do Ministério da Justiça prevê que o trâmite seria fixado em 90 dias para estágio de convivência entre pretendentes e criança, seguido de 120 dias para conclusão da adoção. As duas etapas poderiam ser prorrogadas por iguais períodos.

Isso corresponderia a cerca de sete meses. "Hoje não há prazo definido, o que gera insegurança nas famílias", afirma a diretora de assuntos legislativos do ministério, Clarice Oliveira.

O tema gera preocupação entre entidades, que temem que os prazos se sobreponham aos direitos das crianças

As propostas também estipulam regras para a entrega voluntária de bebês e estimulam a adoção internacional, feita por estrangeiros.

Para esse último caso, prevê a redução no tempo mínimo exigido de convivência prévia, que passaria de 30 para 15 dias. O máximo seria de 45 dias (hoje, não há).

Outra sugestão é que cada criança com mais de um ano sem ter sido adotada no país seja encaminhada para possível adoção internacional, "independentemente de decisão judicial" para isso. Hoje, isso depende de aval do juiz.

Essa proposta também causou reações. "Vai acontecer sem o Judiciário acompanhar? Justamente nesse caso que é o que mais precisa?", diz Dayse Bernardi, do Neca (associação de núcleos de pesquisa sobre criança e adolescente).

"Os pretendentes não residentes no Brasil estão mais abertos para adotar crianças mais velhas e com irmãos, perfil que encontra mais dificuldades para adoção", diz Clarice, que explica que após a consulta pública, que já tem 400 contribuições, o governo deve enviar a proposta ao Congresso ainda neste ano.

As novas propostas também trazem regras para mães que decidem fazer a "entrega voluntária" dos filhos à Justiça. O texto sugere que o "suposto pai" seja intimado em até cinco dias sobre a possibilidade de manter a criança.

O projeto também amplia a possibilidade da "adoção direta" —quando o interessado faz um pedido específico à Justiça para adotar uma criança, fora da fila de adoção.

Pela lei, esse pedido só vale se feito por padrasto ou madrasta, parentes ou quem já tem a tutela ou guarda. A proposta abre espaço a pessoas com quem a criança "tenha vínculos de afinidade".

CONTINUA

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NOVAS REGRAS

Ministério da Justiça quer mudanças na adoção

PERFIL DA ADOÇÃO NO PAÍS

Quem quer adotar
Aceitam crianças...

43% de qual-
quer cor ou raça

21% apenas
crianças brancas

COR

Quem espera por adoção

48% Pardas

34% Brancas

17% Negras

1% Amarelas
ou indígenas

IDADE

35% Até 2 anos

62% Entre
3 e 10 anos

3% Com mais
de 10 anos

12% Até 2 anos

31% Entre
3 e 10 anos

57% Com mais
de 10 anos



37.715
cadastrados estão
interessados em adotar
uma criança no país



7.067
crianças estão disponí-
veis ou em processo
de adoção*

PRINCIPAIS PROPOSTAS

COMO É HOJE

COMO FICARIA

TEMPO DE CONVIVÊNCIA

Lei não estabelece prazo,
cabe ao juiz definir
tempo de convivência
antes da adoção

Seria de 90 dias prorro-
gáveis; no caso de adoção
por estrangeiros, de
15 a 45 dias

PRAZOS PARA ADOÇÃO

Não há prazo, pretendentes
obtem guarda provisória até
o fim do processo na Justiça

Processo deverá ser
concluído em um prazo de
até 120 dias prorrogáveis

ADOÇÃO INTERNACIONAL

Encaminhamento da
criança para adoção
internacional depende da
avaliação de um juiz

Se em um ano não houver
pretendentes, criança
pode ir para a adoção,
sem autorização

ENTREGA VOLUNTÁRIA

Lei diz que mãe que quer
entregar filho para adoção
será encaminhada à Justiça

Pai deverá ser contatado
em até 5 dias; avós e tios,
em até 60 dias

ADOÇÃO 'DIRETA'

Adoção por pretendente
fora da fila só é possível
por madrasta, padrasto
ou parente, por exemplo

Passa a incluir pessoas
com a qual a criança
maior de 6 anos tiver
vínculos afetivos

*Cerca de 35 mil crianças estão em abrigos no país, mas nem todas podem ser adotadas. Fontes: Ministério da Justiça e CNJ (dados acessados em 11.out)

CONTINUA

Principal problema hoje é a falta de estrutura, dizem especialistas

DE BRASÍLIA

Ao mesmo tempo em que apontam pontos positivos no projeto do governo, especialistas e entidades que atuam na área de infância ouvidos pela **Folha** relatam preocupação em relação a alguns trechos da proposta para mudar o processo de adoção.

A maioria afirma ver como positiva a intenção de acelerar a conclusão do processo, mas diz que o principal problema hoje é de falta de estrutura e de equipes habilitadas para analisar os casos.

Outros avaliam ainda que, em algumas situações, os prazos sugeridos para acelerar o processo de adoção também podem, na prática, acabar por inviabilizá-lo.

É o caso da medida que estipula 90 dias para estágio de convivência. “É como se tivesse que em três meses ter dado certo. E se não tiver? A criança é devolvida como uma mercadoria que provo e vejo se gosto, e se não, devolvo?”, questiona a especialista em psicologia jurídica Dayse Bernardi.

Segundo ela, a criança acolhida por muito tempo nem sempre aceita ser adotada imediatamente. “Muitas vezes vai provocar a família para ver se de fato será acolhida.”

Fábio Paes, presidente do Conanda (Conselho Nacional de Direitos da Criança) e assessor da Aldeias Infantis SOS, que atua em serviços de acolhimento, também PEDE cautela. “Hoje não temos uma rede preparada para prazos estipulados.”

Segundo ele, a situação traz risco de que algumas decisões possam aceleradas apenas para cumprir prazos, sem observar com cuidado a situação de cada criança ou adolescente hoje em abrigos.

Ja Suzana Schettini, presidente da Angaad (associação nacional de grupos de apoio à adoção), diz apoiar a proposta de trazer alguns limites máximos de espera, como concluir a adoção em 120 dias. “Hoje muitos aguardam até cinco anos.”

Paes, do Conanda, afirma que o estímulo à adoção por estrangeiros pode separar irmãos —entre 7.067 crianças e adolescentes hoje aptas à adoção, 64% têm irmãos.

Outro receio é o acompanhamento dos processos nestes países, afirma. “Há casos de frustração e negligência. Como o direito de meninos e meninas está sendo assegurado? Fora do seu país, isso pesa muito mais.”

Millen Castro, presidente da ABMP (Associação de Magistrados, Promotores e Defensores da Infância e Juventude), diz ver como positiva a tentativa de acelerar a análise de cada caso.

“Se a família biológica tiver a chance de reacolher a criança, é o ideal. Se não, seja [adoção] nacional ou internacional, mas que seja dada a chance à criança de sair da instituição de acolhimento e ter uma família de fato.”

Ele contesta, porém, a ideia de abrir espaço a pedidos para adoção de crianças com quem o pretendente “tenha vínculo ou afinidade” e que não estejam no cadastro. “O projeto acaba fortalecendo a adoção direta, que desrespeita quem está cumprindo todas as regras.”

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Questionado sobre as críticas, o Ministério da Justiça diz que os prazos propostos devem ser vistos “em conjunto com os demais dispositivos do ECA”, com base “no interesse da criança”.

Sobre o problema de estrutura da rede, a pasta afirma que, nos casos em que há ausência de servidores para avaliações técnicas de cada processo, irá sugerir a contratação de profissionais especializados para fazer as análises.

Já a proposta de estimular a adoção internacional “visa dar mais chances à criança de encontrar uma família” diante da avaliação de que estrangeiros estariam mais abertos a adotar crianças mais velhas ou com irmãos.

Diz ainda que a atuação dos órgãos é garantida em todo o processo, “inclusive o acompanhamento nos dois anos seguintes à adoção”. A diretora Clarice Oliveira diz ainda que as propostas devem passar por nova análise após as contribuições da consulta pública.

CONTINUA

Plano prevê 'padrinho oficial' em abrigos

Com encontros periódicos com a criança, apadrinhamento visa dar uma referência afetiva a quem não é adotado

Hoje, prática ocorre em alguns programas, mas não está na lei; não é consenso possibilidade de padrinhos adotarem

J. procurava uma madrinha. Miracy Dantas, um afilhado. A procura de uma atividade voluntária, ela preencheu um cadastro na internet: queria acompanhar uma criança ou adolescente que precisasse de apoio.

Logo soube da história do adolescente que vivia em um abrigo, na época com 14 anos. "Ele tinha vontade de fazer várias coisas, mas achava que não teria chances. Tive uma intuição que poderia mostrar como ele é capaz", diz.

Ela passou a encontrá-lo a cada 15 dias. Hoje, passam fins de semana e feriados juntos e dividem as novidades por mensagens. "As pessoas dizem que somos parecidos", diverte-se. "Quero acompanhá-lo para sempre."

Histórias como essa são parte da rotina de alguns abrigos: "padrinhos" que, cadastrados em projetos e na Justiça, convivem com crianças e adolescentes que vivem ali.

Embora estimulados em alguns municípios, programas de apadrinhamento afetivo não são reconhecidos no ECA (Estatuto da Criança e Adolescente). Agora, o governo quer oficializar a prática como opção de "referência afetiva".

A possibilidade consta de anteprojeto de lei formulado pelo Ministério da Justiça e colocado em consulta pública. Hoje, cerca de 36 mil crianças estão em abrigos no país, segundo dados de um censo do governo federal de 2014. Não há estimativa oficial sobre o número de projetos de apadrinhamento.

Em geral, as iniciativas são voltadas a crianças com maior tempo de acolhimento e poucas chances de adoção. "Ainda que não sejam adotadas, são crianças que vão crescer e formar suas famílias. Precisam ter referência de como se vive fora da instituição", afirma a psicóloga Maria da Penha, coordenadora do apadrinhamento afetivo da ONG Aconchego, em Brasília.

Na entidade, interessados em ser padrinhos têm palestras e cursos. Os encontros e contatos ocorrem, no mínimo, a cada 15 dias —estratégia para formar vínculos.

"A ideia do apadrinhamento não é só lazer, mas ajudar no projeto de vida", diz. "É ter uma pessoa com quem a criança ou adolescente possa conversar e trocar conselhos."

É o caso da professora Elizete de Souza, 46, e do afilhado G., 16. O primeiro encontro foi na sala de recepção do abrigo. Tímido, o garoto, com 14 anos à época, respondia com poucas palavras. "Parecia que eu estava fazendo um

interrogatório." Na segunda tentativa, levou-o para almoçar. Ele retribuiu com um convite para a festa junina da instituição. Hoje, G. tem um quarto na casa da "Dinha".

"Ele me conta tudo. Também brigo quando preciso e chamo a atenção. Tenho ele como filho que mora em casa separada", diz Elizete, que aprova a iniciativa de "oficializar" o apadrinhamento. "Sinto falta do amparo da lei."

PADRINHOS X ADOÇÃO

A proposta também tem pontos não consensuais. O projeto inicial permite que interessados em adotar possam ser padrinhos. Isso costuma ser vedado nos programas de apadrinhamento, para evitar que interessados em adotar "furem" a fila do cadastro nacional ou que o apadrinhamento seja apenas um "teste" ou "escolha" para adoção.

"Quem está na adoção procura um filho. É muito difícil que queira ser padrinho. A criança percebe essa diferença e percebe que está sendo testada", diz Penha. "O apadrinhamento é um vínculo diferente do de ser pai e mãe".

Já a assistente social Maria Inês da Silva diz ver espaço para discutir uma mudança. "Já há casos em que, com o vínculo, padrinhos entram com pedido de guarda de crianças já fora da idade [mais provável] para adoção", diz.

CONTINUA

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“ Ele tinha vontade de fazer várias coisas, mas achava que não teria chances. Tive uma intuição que poderia mostrar como ele é capaz

MIRACY DANTAS
integrante de programa de
apadrinhamento

Ainda que não sejam adotadas, são crianças que vão crescer e formar suas famílias. Precisam ter referência de como se vive fora da instituição

MARIA DA PENHA
coordenadora do apadrinhamento
afetivo da ONG Aconchego

Ele me conta tudo. Também brigo quando preciso e chamo a atenção. Tenho ele como filho que mora em casa separada

ELIZETE DE SOUZA
professora que apadrinha adolescente

Há casos em que padrinhos entram com pedido de guarda de crianças já fora da idade [mais provável] para adoção

MARIA INÉS DA SILVA
assistente social

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

CARTA A CÁRMEN

O desembargador Ivan Sartori, ex-presidente do Tribunal de Justiça de SP, será denunciado nesta terça (18) ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) por abuso e falta de isonomia e impessoalidade no julgamento dos policiais que participaram do massacre do Carandiru. A reclamação disciplinar, assinada por dezenas de entidades ligadas aos direitos humanos, será encaminhada à presidente do órgão, Cármem Lúcia.

DEFESA

Sartori votou pela absolvição de 74 policiais e alegou que não houve massacre, e sim legítima defesa. Depois, afirmou em redes sociais que a cobertura da imprensa era tendenciosa e que ele se perguntava se não há dinheiro do crime organizado financiando parte da mídia e também as organizações de direitos humanos.

LISTA

Entre as entidades que vão assinar o documento estão o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Conectas Direitos Humanos, a Justiça Global, o Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e os institutos Sou da Paz e Vladimir Herzog.

LISTA 2

A reclamação será ratificada também por acadêmicos como Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Gregori, Paulo Sérgio Pinheiro (os três foram ministros do governo FHC), Fábio Konder Comparato, Marilena Chaui e Dalmo Dal-lari, entre outros.

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Delator relata pagamento de propina na Assembleia de SP

Lobista Marcel Julio disse que entregou dinheiro a ex-assessores de tucano

Operação investiga esquema de desvio na merenda entre cooperativa, prefeituras e gestão Alckmin (PSDB)

REYNALDO TUROLLO JR.
DE SÃO PAULO

A entrada, a área externa e até o restaurante da Assembleia Legislativa de São Paulo serviram como ponto de encontro para pagamentos de propina a dois ex-assessores do presidente da Casa, Fernando Capez (PSDB), de acordo com depoimento do principal delator da Operação Alba Branca ao Tribunal de Justiça, no último dia 27.

Deflagrada em janeiro, a Alba Branca investiga um suposto esquema de fraudes e desvios na merenda em contratos entre a Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar), prefeituras e a Secretaria da Educação do governo Geraldo Alckmin (PSDB).

A parte da investigação relativa a dois contratos com o Estado, para entrega de R\$ 11,4 milhões em suco de laranja, tramita no Tribunal de Justiça porque envolve Capez, que tem foro especial.

Segundo o delator Marcel Ferreira Julio, tido como lobista da Coaf, os pagamentos aos ex-assessores do gabinete do tucano Jéter Rodrigues Pereira e José Merivaldo dos Santos foram feitos em dinheiro vivo ao longo de 2015, à medida que o Estado pagava pelo suco fornecido.

“Era feito em dinheiro, eles [membros da Coaf, sediada em Bebedouro] sacavam, vinham para São Paulo, a gente se encontrava em algum lugar e toda vez era pagamento em dinheiro, em alguns lugares na Assembleia, para os dois [ex-assessores]; fora, na entrada, no restaurante, sempre por ali”, disse Marcel.

A Justiça quebrou sigilos bancário e fiscal dos suspeitos e de firmas ligadas a eles. No caso de Capez, também foi quebrado posteriormente seu sigilo relativo a investimentos na bolsa de valores.

Marcel reafirmou ao desembargador do caso, Sergio Rui, o que havia relatado ao Ministério Público em abril: que os dois ex-assessores lhe disseram que parte da propina ia para despesas da campanha de Capez de 2014.

Pereira, que atuou no gabinete de Capez de 2013 até o final de 2014, assinou ao me-

nos oito recibos de “comissões”, obtidos pela investigação, que totalizam R\$ 171 mil.

O valor combinado para os ex-assessores, segundo o delator, era de R\$ 200 mil. Outros “400 e poucos mil” seriam para a campanha, conforme o que Pereira e Merivaldo afirmavam a Marcel.

ENREDO

O delator relatou à Justiça que foi procurado pela Coaf em meados de 2014 porque a cooperativa havia vencido, em 2013, um certame para fornecer suco às escolas estaduais, mas o contrato não tinha sido assinado e a entidade estava tendo prejuízo para armazenar a produção.

Marcel, então, procurou no fim de julho um amigo seu, Luiz Carlos Gutierrez, o Licá, que à época trabalhava na campanha de Capez. Hoje, Licá é assessor do deputado.

Houve dois encontros, segundo o depoimento, entre Marcel, Licá e Capez, no escritório político do tucano. Nessas ocasiões, o lobista teria explicado o problema da Coaf e deixado portfólio da entidade.

CONTINUA

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Em um desses encontros, Marcel disse que o deputado conversou por telefone, na sua frente, com o então chefe de gabinete da Secretaria da Educação, Fernando Padula, para interceder pela Coaf.

“Na saída, tinha bastante gente na antessala, ele [Capez] rindo, brincando, fez com o dedo: ‘Ó, não vai esquecer de mim’”, relatou Marcel. Naquele momento, Capez estava em campanha eleitoral.

O desembargador perguntou ao depoente se, com o gesto, Capez havia pedido dinheiro à Coaf. Marcel respondeu que o deputado “estava brincando”, já que havia outras pessoas no local.

Cerca de dez dias depois, ainda segundo o depoimento, Jéter Pereira — que até então Marcel não conhecia — ligou para ele e marcou reunião na Assembleia. Ao encontrá-lo, Pereira tinha sobre sua mesa portfólio da Coaf e disse que “o deputado havia passado o assunto da secretaria [da Educação] para ele”.

A partir daí, o lobista afirmou que passou a tratar do assunto apenas com Pereira e o outro assessor, Merivaldo.

Em 21 de agosto, poucos dias após essas movimentações, a Educação abriu novo edital para adquirir suco e contratou a Coaf.

A cooperativa dizia vender suco orgânico de pequenos produtores, que é mais caro. Na verdade, ela comprava suco da indústria comum e o revendia por um preço superior — o que permitia lucrar o suficiente para pagar propinas.

>OUTRO LADO<

Fernando Capez e servidores negam envolvimento em irregularidades

O presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Capez (PSDB), afirmou em nota que repudia com indignação a tentativa de envolver seu nome com a Operação Alba Branca. Disse ainda que todas as testemunhas têm esclarecido que seu nome “foi usado” por terceiros.

A nota destaca um trecho do depoimento de Marcel Julio ao Tribunal de Justiça, em que o lobista disse que nunca tratou de dinheiro diretamente com o tucano: “Não tenho intimidade com o deputado Fernando Capez, até porque [ele] nunca me pediu dinheiro e nunca tive intimidade sobre isso”.

Procurados, os ex-assessores Jéter Rodrigues Pereira e José Merivaldo dos Santos não se manifestaram sobre o depoimento de Marcel e sobre os supostos pagamentos.

Em ocasiões anteriores, ambos negaram envolvimento com irregularidades. Jéter negou que tenha recebido dinheiro da Coaf.

Tanto Pereira como Merivaldo são funcionários de carreira na Assembleia — o primeiro se aposentou em maio, no meio das investigações, e o último está de licença para tratar uma doença.

Daniel Bialski, advogado de Luiz Carlos Gutierrez afirmou que seu cliente “nunca atendeu ou conversou com o citado Marcel sobre a Coaf”.

CONTINUA

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

PROPINA NA ASSEMBLEIA

Delator diz que sede do Legislativo de SP foi usada para pagar suborno

ENTENDA O CASO

Operação Alba Branca

Deflagrada em 19.jan pela Polícia Civil e pelo MP. Ex-dirigentes da Coaf confessam fraudes em licitações e pagamentos de propina e citam o deputado Fernando Capez (PSDB) e outros políticos

Delação

O lobista da Coaf Marcel Ferreira Julio faz delação premiada e diz que parte da propina relativa a negócios com o governo Alckmin (PSDB) foi para a campanha de Capez por meio de assessores

CPI

Após protestos de estudantes, a Assembleia Legislativa de São Paulo instaurou uma CPI para apurar o suposto esquema

São Paulo 7 de julho de 2015.

Recebi de COAF COOPERATIVA ORGÂNICA AGRÍCOLA FAMILIAR- COAF-BRASIL a quantia de R\$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais) em razão de condição de CONSULTOR para sua relação comercial junto à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - Governo do Estado de São Paulo, específico da Chamada Pública nº 002/FNDE/2014, Processo nº 00111/4444/2014 conforme publicado no Diário Oficial de São Paulo em 21 de agosto de 2014.


Jeter Rodrigues Pereira

RG n. 8.584.704-5

CPF/MF n. 022.059.008-70

Recibo assinado por **Jeter Rodrigues Pereira**, ex-assessor do presidente da Alesp, Fernando Capez (PSDB); para a investigação da Alba Branca, a suposta consultoria seria, na verdade, pagamento de propina

17 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Mais Justiça do Trabalho

MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI

O Judiciário brasileiro adotou
medida decisiva e irreversível
rumo a uma Justiça muito
mais rápida e realmente
pacificadora para o país

O Judiciário brasileiro adotou, com a recente expedição da resolução 174 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, medida decisiva e irreversível rumo a uma Justiça muito mais rápida e realmente pacificadora, especialmente para as pessoas mais pobres.

Vencida a resistência, principalmente o receio do ressurgimento do juiz classista, percebeu-se que a Justiça do Trabalho, tanto quanto já o fazem todas as demais modalidades de jurisdição, também pode se valer da ajuda de mediadores e conciliadores, concursados ou voluntários, para auxiliar na solução de conflitos, sem que para tanto seja necessário aguardar o longo trâmite de um processo judicial.

A resolução 174/2016 demonstra mais um passo da Justiça do Trabalho na direção do movimento nacional que se encontra em estágio avançado, consolidado pelas novas legislações (Novo Código de Processo Civil e Lei de Mediação).

Alguns juízes, advogados, promotores de Justiça e defensores públicos, entretanto, ainda não perceberam que os tempos mudaram, que a ordos, ajustes e negociações não mais exigem dos interessados abrir mão, desistir, renunciar a uma parte de seus direitos.

Graças aos muitos cursos promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por todo o país foram formados e capacitados centenas de mediadores-multiplicadores, aptos a reproduzir ensinamentos e preparar profissionais que atuarão na realização de audiências de mediação, nas quais buscarão ajudar os próprios interessados a solucionar o conflito, por meio de um acordo.

Esses mediadores não atuam de modo empírico, improvisado ou

despreparado. Exatamente por isso, conseguem restabelecer a paz social, fazer com que o inadimplente, o reclamado ou o acionado atendam aos termos acordados.

Saber e fazer acontecer. O professor José Gomes Canotilho, consagrado constitucionalista português, ensina que, ultrapassado o árduo e feliz período da conquista e declaração de direitos, atualmente experimenta-se uma fase em que a sociedade de consumo, pragmática que é, quer ver efetivamente prestados esses direitos já conquistados.

Do contrário, corre-se o risco de ser conivente com a implantação de um sistema capaz de transformar todas essas grandes conquistas em balelas.

Não há receio na adoção desse modelo alternativo de resolver conflitos. Esse empoderamento da sociedade e da cidadania sequer novidade é. A experiência vem de Roma, nos altares da deusa Concórdia, do oriente, no kurultai mongol.

Em Portugal e no Brasil, os avindores, os consertadores e os juízes de paz dirimiam os casos junto com os interessados.

O sucesso dos mutirões nacionais de conciliação atesta, com números, a boa prática da realização de acordos.

Em 2015, durante a Semana Nacional da Conciliação, foram realizadas 354 mil audiências, das quais resultaram 214 mil acordos (60,45% de sucesso), refletindo R\$ 1,6 bilhão em valores homologados.

Agora é simples, basta mudar mentalidades.

MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mestre em ciência jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (Santa Catarina), foi coordenador nacional do Movimento pela Conciliação (2006-2009)

CELSO NASCIMENTO

Pecador cada vez mais perto do perdão

16 OUT 2016

Desde que, em 2013, ganhou foro privilegiado ao ser nomeado secretário de estado por Beto Richa, Ezequias Moreira anda com um calendário na mão. Ele reza para que os dias passem rapidamente e não deem tempo para que o Tribunal de Justiça julgue a ação penal de que é réu, acusado de crime de peculato. Quanto mais tempo levar para sair a sentença, maior a chance de o caso cair na prescrição e Ezequias se ver livre de — se condenado — cumprir qualquer pena.

Ezequias é o famoso personagem do caso “sogra fantasma”. Em 2007, o Ministério Público descobriu que ele recebia dois salários da Assembleia Legislativa desde 1997 — um deles correspondia ao cargo de chefe de gabinete do então deputado Beto Richa; o outro salário era depositado em nome da sogra (que nunca trabalhou na Assembleia) e que Ezequias embolsava. Mesmo depois de ter saído da Assembleia para assessorar Beto Richa eleito prefeito de Curitiba, o salário da sogra continuava sendo religiosamente pago. O desvio foi calculado em meio milhão de reais.

Ezequias reconheceu o “erro” e devolveu a grana aos cofres públicos. Por ter demonstrado tal arrependimento, Richa, já governador, o nomeou diretor da Sanepar em 2011. De bom coração, recorreu a um preceito, que diz ter encontrado na Bíblia, segundo qual “pode-se perdoar o pecador mas não o pecado.”

Enquanto isso, porém, rolava na primeira instância um processo criminal. Em 2007, o MP o denunciou por peculato — crime cuja pena pode chegar a 12 anos de prisão, mas desde então já se passaram quase

dez anos. A ação estava em vésperas de ser julgada pela 5.^a Vara Criminal (primeira instância) quando o governador, compreensivo, tirou Ezequias da Sanepar para nomeá-lo secretário em julho de 2013. Com isso, ganhou foro privilegiado e a ação passou a correr no Tribunal de Justiça, a segunda instância.

Quem tiver curiosidade pode acessar a área de consulta processual no site do TJ e lá verificar que o desembargador Luiz Carlos Xavier, relator da ação, vem encontrando dificuldades, certamente enormes, para tomar uma decisão. Seu primeiro despacho data do início de 2015, quando determinou que o caso deixasse de ser competência da 5.^a Vara Criminal e passasse para a esfera do Órgão Especial do TJ.

De lá para cá, oitivas de testemunhas em outras comarcas, remessas internas, juntadas de documentos e petições, depoimento do réu, pedidos de vistas, manifestações da defesa e da acusação — uma infinidade de atos que impedem o relator de proclamar seu voto. Ezequias se rejubila: quando chegar o dia do julgamento e se condenado, por exemplo, à pena mínima de dois anos, o caso já estará prescrito. Então, quanto mais lerda for a Justiça, maior a chance de o pecador não pagar pelo pecado. Ele consulta o calendário todos os dias.

O último despacho do desembargador Xavier data do dia 13 passado e parece bastante sintomático. Contém poucas palavras: “I - Junte-se. II - Após, voltem.”

O juiz Moro e o frade Savonarola

O professor Rogério Cerqueira Leite publicou um artigo na "Folha de S. Paulo" comparando o juiz Sérgio Moro ao frade dominicano Girolamo Savonarola, que barbarizou a vida de Florença no final do século XV. Era uma época em que os pregadores tinham a popularidade dos roqueiros de hoje. Visionário, demagogo, moralista e ascético, Savonarola incendiou a cidade abatida por uma invasão estrangeira, pela fraqueza de sua elite, mais a peste, fome, misticismo e superstições.

Savonarola foi excomungado pelo papa Alexandre VI (pai de pelo menos oito filhos), e, quando sua liderança popular enfraqueceu-se, acabou preso, torturado, enforcado e queimado. (Tempos depois, apareceram flores no lugar do patíbulo. A retórica papista patrulhou a memória do frade com tamanha eficácia que a cidade de Florença levou 400 anos para homenageá-lo com uma lápide no ponto da praça onde mataram-no.)

Cerqueira Leite concluiu seu artigo rogando uma praga: "Cuidado, Moro, o destino dos moralistas fanáticos é a fogueira. Só vai vosmecê sobreviver enquanto Lula e o PT estiverem vivos e atuantes. Ou seja, enquanto você e seus promotores forem úteis para a elite política brasileira".

Dias depois, Moro respondeu ao professor com uma carta. Curta, dizia o seguinte:

"Lamentável que um respeitado jornal como a 'Folha' conceda espaço para a publicação de artigo como o 'Desvendando Moro', e mais ainda surpreendente que o autor do artigo seja membro do Conselho Editorial da publicação. Sem qualquer base empírica, o autor desfila estereótipos e rancor contra os trabalhos judiciais na assim denominada Operação Lava-Jato, realizando equiparações inapropriadas com fanático religioso e chegando a sugerir atos de violência contra o ora magistrado. (...) Embora críticas a qualquer autoridade pública sejam bem-vindas e ainda que seja importante manter um ambiente pluralista, a publicação de opiniões panfletárias-partidárias e que veiculam somente preconceito e rancor, sem qualquer base factual, deveriam ser evitadas, ainda mais por jornais com a tradição e a história da 'Folha'".

Não foi uma carta, mas uma sentença. Moro tem todo o direito de achar que o professor atacou-o com "estereótipos e rancor",

mas foi com estereótipos e rancor que respondeu. Cerqueira Leite fez um paralelo histórico, e Moro não discutiu uma só vírgula do artigo. Lamentou que o jornal publique coisas desse tipo e, pior, que mantenha o professor no seu conselho editorial. Despediu-se ensinando: "A publicação de opiniões panfletárias-partidárias (...) deveriam ser evitadas". Como? Savonarola publicava seus sermões e queimava os dos outros.

Moro viu demônios quando disse que Cerqueira Leite chegou "a sugerir atos de violência contra o ora magistrado". O papismo dizia que Savonarola era doido, mas o professor não sugeriu que se enforque o "ora" magistrado. Moro se queixa de que a comparação com Savonarola não teve "base empírica". O que isso quer dizer, não se sabe.

O artigo de Cerqueira Leite foi mais uma opinião no grande debate aberto pela Operação Lava-Jato. A contrariedade de Moro produziu uma surpresa: há algo de Savonarola no seu sistema.

Madame Natasha, o juiz e o professor

Madame Natasha concedeu uma bolsa de estudos conjunta ao professor Rogério Cerqueira Leite e ao juiz Sérgio Moro. Ambos chamaram o frade Girolamo Savonarola de "fanático". Natasha não discute a figura do dominicano, a quem detesta porque não gostava de festas e era muito feio. Para a senhora, o problema está no uso da palavra "fanático". Ela é usada pelos poderosos para desqualificar coisas ou pessoas relacionadas com o andar de baixo. Savonarola não era fanático. Foi um radical, precursor da reforma da Igreja. O frade foi enforcado em 1498, e em 1517 Martinho Lutero rachou a Igreja, afastando-se do luxo e da corrupção vaticana.

No Brasil foram "fanáticos" os miseráveis de Canudos e os posseiros do Contestado. Em 1974, a palavra foi usada pelo general João Batista Figueiredo para qualificar jovens guerrilheiros do Araguaia que eram assassinados depois de se renderem às tropas do Exército.

CURITIBA

Condenado a 23 anos de prisão, o poderoso comissário José Dirceu teve mais um habeas corpus negado pelo ministro Teori Zavascki. Aos 70 anos, ele é um detento exemplar no presídio de Pinhais, no Paraná. Conformado, lê muito e recebe visitas semanais da mulher. Para quem viu o filme "Papillon", com Steve McQueen, ele ficou parecido com o sereno falsário Dega, vivido por Dustin Hoffman. A cana de Pinhais é dura. A vigilância chega a impedir a entrada de comidas onde os policiais podem suspeitar que haja chips escondidos.

15 OUT 2016

16 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Crise aprofunda abismo entre servidores públicos e trabalhadores do setor privado

Medidas anunciadas pelo governo Temer até agora, como o teto de gastos, pouco vão impactar na redução dessa diferença

Fernando Jasper

♥ A crise teve origem no descontrole dos gastos públicos, mas quem está pagando a fatura são os que trabalham na iniciativa privada. Em dois anos, quase 2,5 milhões de empregos com carteira assinada foram extintos. E o rendimento médio de quem continuou ocupado — entre formais, informais, domésticos, autônomos e empregadores — caiu quase 2% em termos reais. Enquanto isso, o ganho mensal dos servidores públicos, que têm estabilidade de emprego e já ganhavam mais, subiu 4,6% acima da inflação.

Em outras palavras, a recessão aprofundou o abismo entre os funcionários públicos e os demais trabalhadores. E as reformas anunciadas pelo governo farão pouco para diminuir essa diferença.

O teto de gastos, aprovado em primeira votação na Câmara, afeta o orçamento de áreas que interessam ao conjunto da população, como educação, saúde e infraestrutura, mas em princípio não mexe com o funcionalismo. O quadro de servidores só será

atingido — com congelamento de salários, promoções e vantagens — caso os limites definidos pela lei sejam descumpridos.

Quanto à reforma da Previdência, a promessa do presidente Michel Temer é de que a idade mínima de 65 anos valerá tanto para quem trabalha no setor privado quanto para os servidores. É uma hipótese que ainda será testada. As diferentes corporações apenas começaram a reagir, e membros do próprio governo não escondem a contrariedade — na sexta-feira (14), o ministro da Defesa, Raul Jungmann, voltou a defender tratamento especial para os militares.

Não se sabe, também, se a reforma mexerá no aspecto mais desigual: o cálculo do valor do benefício, que sempre favoreceu o funcionalismo. A sugestão de mudança mais drástica veio de governadores, que pressionam para que a contribuição previdenciária descontada do salário dos servidores suba de 11% para 14%. Para eles, isso atenuaria a situação dramática das finanças estaduais.

Para especialistas, os atrasos de salários — frequentes em estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul — e o congelamento de reajustes, como o anunciado no Paraná, são uma prévia do que pode ocorrer em todo o país caso não haja uma reforma do funcionalismo.

Urgência

“É urgente uma reforma. Não para tirar direitos, mas para ajustar e adequar expectativas”, diz Monica Pinhanez, professora da Escola de Administração Pública e de Empresas. “As mudanças têm de ser discutidas com toda a sociedade. Todos nos beneficiamos de um serviço público que funcione, com funcionários qualificados, bem pagos e respeitados. Mas o sistema precisa ser sustentável.”

Para o especialista em contas públicas Raul Velloso, que tem assessorado governadores, a primeira questão a ser atacada tem de ser a previdência dos servidores. “Em primeiro lugar, porque o gasto é muito alto. Nos principais estados, ela consome cerca de um terço das receitas. Em segundo, porque é um gasto rígido, que não diminui. Em terceiro, porque as projeções mostram que ele crescerá acima do PIB”, explica.

CONTINUA

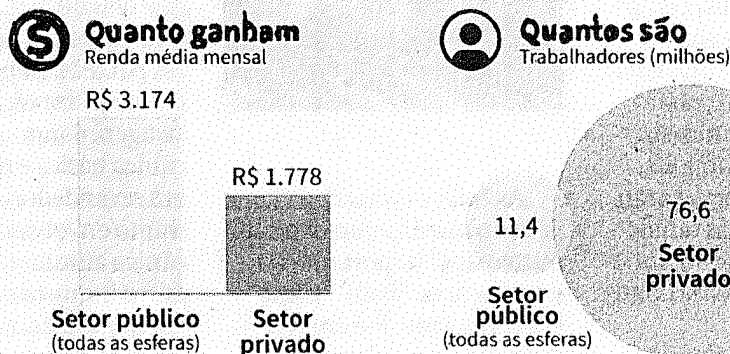
15 OUT 2016

16 OUT 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SETOR PÚBLICO X PRIVADO



SEM CRISE

Nem todas as categorias do funcionalismo conseguiram reajustes nos últimos tempos. Mas, na média de todos os servidores brasileiros, o rendimento real (já descontada a inflação) subiu quase 5% desde 2014, quando começou a recessão.

Renda média

em R\$ por mês*

	Há 2 anos	Hoje	Varição
Setor público (todas as esferas)	3.034	3.174	4,6%
Setor privado	1.813	1.778	-1,9%
Setor privado informal	1.163	1.201	3,3%
Doméstico	803	810	0,9%
Setor privado formal	1.929	1.922	-0,4%
Conta própria	1.579	1.529	-3,2%
Empregador	5.339	4.937	-7,5%
Todos os trabalhadores	2.028	2.011	-0,8%

CONTINUA

15 OUT 2016

16 OUT 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ABISMO

Na média, os servidores públicos ganham mais que os trabalhadores do setor privado, mesmo quando se compara pessoas da mesma escolaridade. E enquanto a aposentadoria pelo INSS paga em média R\$ 1,2 mil, funcionários públicos aposentados podem ganhar mais de R\$ 20 mil mensais.

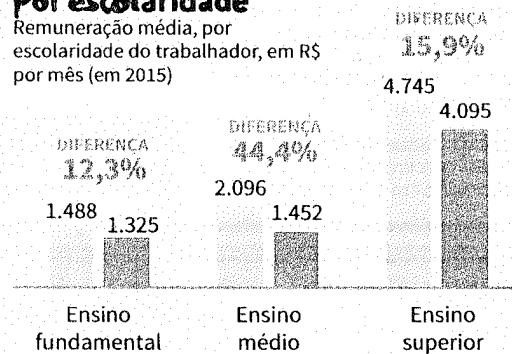
Remuneração média

em R\$ por mês (em julho)

SETOR PÚBLICO (UNIÃO)	Ativos	Aposentados
Executivo (civis)	9.808	7.458
Militares	4.260	9.446
Legislativo	15.959	28.587
Judiciário	17.811	25.700
Ministério Público	15.498	17.904
SETOR PRIVADO		
Empregados formais	1.922	1.201

Por escolaridade

Remuneração média, por escolaridade do trabalhador, em R\$ por mês (em 2015)

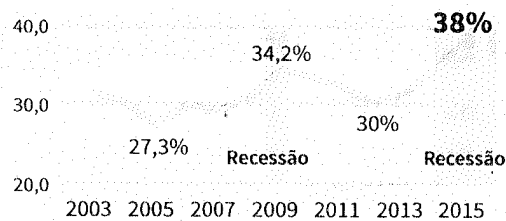


ENGESSAMENTO

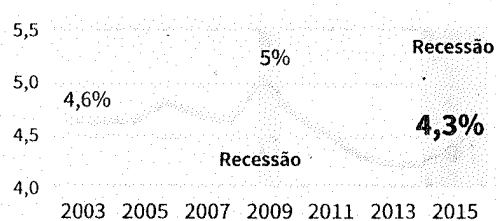
O impacto da estabilidade do emprego fica mais evidente nas recessões. Como o setor público não pode demitir, o peso da folha de pagamento aumenta não só no Orçamento da União, mas no próprio PIB.

Despesas de pessoal da União

em % da receita corrente líquida



em % do PIB



*Na média do trimestre de junho a agosto. Fonte: Pnad Contínua/IBGE, Ministério do Planejamento, Secretaria da Previdência Social, economista Nelson Marconi. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

15 OUT 2016

16 OUT 2016

PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO

Sistema para demitir maus servidores está parado na Câmara dos Deputados desde 2007

● Ao contrário do que ocorre com uma empresa privada, o poder público não consegue ajustar as despesas com pessoal em tempos de crise. Com arrecadação em queda livre e a folha de pagamentos subindo, o peso desse tipo de gasto saltou do equivalente a 31% da receita líquida da União em 2013 para 38% em 2015.

Para o economista José Roberto Afonso, professor de mestrado do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), um bom começo seria regulamentar a avaliação periódica de desempenho dos servidores, que facilitaria a demissão de maus funcionários.

O mecanismo foi incluído na Constituição por uma emenda aprovada em 1998, e um projeto de lei complementar para regulamentá-lo foi enviado à Câmara no mesmo ano. Combatida por sindicatos, a proposta está pronta para ser votada desde 2007, mas nunca foi levada a plenário.

Importância

“É um instrumento importante também para premiar quem tem bom desempenho. A questão é como fazer a avaliação. Não pode ser uma coisa presa a um formulário. Tem que estar associada a um plano de metas individuais e por equipes”, defende Nelson Marconi, professor da Escola de Economia de São Paulo (FGV/EESP).

Marconi é autor de um estudo que mostra que os salários médios no serviço público superam os da iniciativa privada independentemente do nível de escolaridade do trabalhador. “O salário mais alto ajuda a recrutar pessoas mais qualificadas, que são importantes na formulação das políticas públicas”, diz. “Mas só o salário mais alto não garante que o desempenho delas será adequado.”

REAJUSTES

De 2004 a 2014, a remuneração dos servidores estaduais e municipais aumentou 54% e 46% acima da inflação, respectivamente, segundo o Ipea. No mesmo período, o salário médio do setor privado teve ganho real de 38%. O Ipea conclui que a maior pressão sobre os gastos com pessoal veio de reajustes salariais, e não da contratação de servidores.

17 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Governo do PR decreta recesso e aciona Conselho Tutelar para visitar ocupações

Objetivo é checar eventual situação de risco aos alunos.

Aulas serão repostas entre o Natal e o

Ano-Novo

Raphael Marchiori

● O governo do Paraná irá pedir ao Ministério Público, ao Conselho Tutelar e ao Judiciário que visitem as escolas ocupadas no estado.

De acordo com o movimento Ocupa Paraná, pelo menos 510 unidades escolares estão ocupadas pelos estudantes. Também foi decretado recesso escolar entre hoje e a próxima sexta-feira. Essa semana será repostada entre o Natal e o Ano-Novo – entre 22 e 28 de dezembro.

As decisões foram tomadas em reunião convocada ontem pelo chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni. “Temos poucos dias para encerrar o ano letivo e é necessário que o diálogo se aprofunde nesta semana”, disse Rossoni, em texto publicado na Agência Estadual de Notícias.

No texto, o governo classifica as ocupações como “invasões”. Além disso, o chefe da Casa Civil chama a atenção para o papel dos pais dos alunos que participam do movimento. “Os atos praticados por menores podem levar à responsabilização dos pais, a quem cabe a preserva-

ção da integridade física e psicológica do adolescente. É preciso, portanto, que os pais deles tenham essa consciência”, disse.

Segundo Matheus dos Santos, um dos porta-vozes do movimento Ocupa Paraná, a Defensoria Pública do Paraná é quem está intermediando esse diálogo. “Temos, no mínimo, um representante em cada escola ocupada para que possamos dialogar com esses órgãos”, afirmou.

A decisão pelo recesso, de acordo com o governo, foi tomada para atender aos alunos que não estão tendo aulas. O calendário deste ano tem previsão de término do ano letivo em 21 de dezembro. Os dias entre 22 e 31 de dezembro fazem parte dos 30 dias anuais de recesso; por isso, ao decretar recesso agora, o ano letivo poderá ser concluído entre 22 e 28 de dezembro.

Reivindicação

Os estudantes protestam contra as medidas do governo federal que limitam gastos para a educação, preveem a flexibilização de disciplinas dos currículos escolares e ampliam o período de ensino nas salas de aula.

Balanco

O último balanço divulgado pelo movimento Ocupa Paraná anunciava a ocupação de 470 escolas até a noite do último sábado. Mas Santos afirmou ontem que esse número saltou para 510 colégios.

MOVIMENTO CONTRÁRIO

Uma ala de estudantes contrários às ocupações de escolas públicas no Paraná ameaça fazer uma representação contra a APP-Sindicato ao Ministério Público por considerar que a entidade, que representa os professores da rede estadual de ensino, incita as ocupações. Segundo o Curitiba Contra a Corrupção e o Patriotas Paraná, seria possível reunir provas de que isso aconteceria nas escolas. Estas associações marcaram uma manifestação para o dia 23 de outubro, no Centro de Curitiba, para questionar as ocupações, falar sobre o projeto Escola Sem Partido e cobrar uma posição “mais firme” do governo do Paraná.

17 OUT 2016

GAZETA DO POVO

REINTEGRAÇÃO

Após decisão judicial, escola é desocupada em Londrina

● O colégio Albino Feijó San-ches, em Londrina, foi desocu-pado no último sábado em atendimento a uma determina-ção de reintegração de posse, segundo o movimento Ocupa Paraná. A Procuradoria-Geral do Estado não confirmou a in-formação, mas emitiu nota na última sexta-feira para reafir-mar que o Estado tem entrado com ações de reintegração de posse em relação a escolas ocupadas para resguardar a in-tegridade do patrimônio público e garantir o direito dos alunos que querem aulas.

Para Matheus dos Santos, porta-voz do Ocupa Paraná, a desocupação do colégio londrinense é irrelevante diante do quadro geral de escolas ocupadas. "Teve reintegração lá. Mas depois mais cinco [escolas] foram ocupadas", argumentou.

GAZETA DO POVO

A lição das ocupações

Os estudantes do ensino médio costumam ter entre 15 e 18 anos — uma idade de amadurecimento e de muitos primeiros passos na vida em sociedade, que vão da habilitação para dirigir ao direito de votar. A ocasião ideal para que esses jovens compreendam seus direitos e responsabilidades, descubram o que podem realizar com seu potencial e o que deveriam esperar (e cobrar) do poder público. Enfim, aprender os valores democráticos e sua importância para que essa nova geração, que já adentra o mercado de trabalho ou se prepara para a vida profissional, também seja responsável por uma evolução cívica na vida nacional. Em vez disso, os jovens que ocupam mais de quatro centenas de escolas no Paraná estão recebendo uma lição que poderíamos chamar de anticívica, para não dizer autoritária.

Louve-se a disposição dos estudantes de desejar que sua voz seja ouvida no momento em que o governo anuncia uma reforma do ensino médio, com seus pontos positivos e negativos e apesar da maneira equivocada

como foi apresentada, por meio de medida provisória. Ressalte-se também que não há registros de depredação nas escolas, ao contrário de diversas ocasiões em que estudantes universitários deixaram rastros de destruição em reitorias de universidades públicas Brasil a fora. Mas o movimento dos secundaristas, ainda que afete um número menor de escolas em comparação com a greve anunciada pelos professores da rede estadual, tem um peso que não pode ser menosprezado.

E a mensagem mais perniciososa que os estudantes poderiam aprender em um momento como este é a de que as questões políticas se resolvem pela força e pela chantagem. Ao impedir o funcionamento das escolas, os manifestantes resolveram prejudicar um sem-número de colegas, bloquean-

Os jovens estão recebendo uma lição anticívica

do-lhes o direito à educação e ignorando que o fim do ano é um período especial para os estudantes do terceiro ano do ensino médio, que veem chegando os vestibulares e o Enem. Ora, por mais errado que esteja o governo federal ao propor a reforma por medida provisória, ela ainda exige a apreciação do Congresso. O autêntico caminho democrático, que é a pressão sobre os representantes do povo, é ignorado e substituído pela tentativa de vencer no grito ou pelo cansaço.

Some-se a isso a desinformação, já apurada pela própria reportagem da **Gazeta do Povo**, entre os estudantes sobre o teor da reforma, e a manipulação da informação, pois vários itens hoje defendidos pelo Planalto já foram parte, em outras épocas (leia-se durante o governo do PT) da pauta das entidades do movimento estudantil, ávidas por se apropriar do movimento. A União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes), por exemplo, que no início definia as ocupações como movimentos espontâneos dos estudantes, já tomou a dianteira, a ponto de seu presidente dar entrevistas coletivas sobre o protesto e se apresentar como interlocutor para o diálogo com o governo estadual.

Essas entidades, no fim, veem no idealismo dos jovens o campo fértil para arremessar massa de manobra para o “fora, Temer”, já que a bagunça foi a única estratégia que restou à esquerda depois do impeachment e do desastre eleitoral de 2 de outubro. A bandeira vermelha, com a foice e o martelo, hasteada no Colégio Estadual do Paraná mostra que o ensino médio está sendo usado como pretexto para um objetivo mais amplo, político-partidário. No fundo, não é só sobre o ensino médio — e talvez nem seja sobre o ensino médio.

Se nas escolas do Paraná a mensagem que prevalecer for a do domínio da força sobre a negociação, do desrespeito aos direitos dos demais, da recusa ao diálogo pelos canais democráticos, aquilo que o movimento estudantil chama de “primavera secundarista” não passará de uma “primavera autoritária” — uma triste iniciação política para tantos jovens.

15 OUT 2016

IMPACTO PARANÁ

GENTE DE IMPACTO

**DESEMBARGADOR
PAULO VASCONCELOS**

Antecipando o seu voto, contrário a redução do número de desembargadores no Órgão Especial do TJ, o desembargador e presidente do Tribunal de Justiça voltou a ganhar a simpatia de todos que admiram a coragem de determinadas autoridades



que, remando contra a maré, colocam seus pontos de vista de forma sólida e sem contestação. Defendendo que a pluralidade de opiniões em um órgão de tal porte, beneficia aqueles que são julgados em tal colegiado. O objetivo era a redução de desembargadores de 25 para 11 membros, decisão que motivou o pronunciamento de várias entidades representativas no assunto e que poderiam influenciar no poder de decisão do desembargador Paulo Vasconcelos. Embora o assunto só venha a ser decidido no próximo mês, ele antecipou seu voto e com isso evitou especulações futuras, demonstrando que é, de fato, Gente de Impacto.

15 OUT 2016

IMPACTO PARANÁ

POR ONDE ANDAM?



- **CESAR FRANCO**, que hoje deve andar preocupado com um julgamento em segunda instância que pode a ter que aguardar o mesmo atrás das grades.

15 OUT 2016

16 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

Juiz julga improcedente ação contra ex-prefeito de Londrina

Magistrado considerou não haver
provas de improbidade contra
Barbosa Neto, como acusava a
promotora de Defesa do Patrimônio
Público Sandra Regina Koch

Loriane Comeli
Reportagem Local

O juiz substituto da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcus Renato Nogueira Garcia, considerou improcedente ação civil pública interposta em abril de 2014 pela promotora de Defesa do Patrimônio Público Sandra Regina Koch, na qual acusava por improbidade administrativa o ex-prefeito Barbosa Neto (2009-2012) e dois ex-secretários municipais, Dênio Balarotti, ex-presidente da Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões (Caapsml), e Paulo Roberto de Oliveira, ex-presidente da Fundação de Esportes (FEL).

No entendimento da promotora, houve dispensa indevida de licitação para a contratação de serviço de limpeza dos prédios das duas autarquias, executado pela empresa Proguarda. Entretanto, para o juiz, os fatos não ficaram pro-

vados, assim como eventual responsabilidade dos acusados. “Não há provas de que tenham os demandados Paulo Roberto de Oliveira e Dênio Ballarotti participado pessoalmente ou de alguma forma contribuído, dolosa ou culposamente, para os atos que culminaram na dispensa do procedimento licitatório”, escreveu o magistrado, chegando à mesma conclusão sobre o então prefeito.

Segundo a ação, o contrato emergencial, no valor de R\$ 740 mil, com a Proguarda, foi aditivado e prosseguiu por mais alguns meses, com o argumento de que uma licitação estava em andamento. A justificativa para a demora e a consequente dispensa era a “necessidade de alterar a forma de cálculo para o pagamento, passando de postos de serviços para metragem de área a ser limpa”. Porém, quando o edital foi lançado, a

medição continuava a ser “por postos de serviço”, o que, segundo a promotora, revelava má-fé dos acusados.

No entanto, para o juiz, não há provas de que os acusados tenham agido “com vistas a alterar os critérios de precificação do contrato (de postos de trabalho para metragem de área)”. “Tampouco há provas de que os réus, num segundo momento, colaboraram ou influíram de qualquer modo para o atraso nas medições e para falha ocorrida no âmbito interno da Secretaria de Educação, que culminou, em última análise, na letargia do procedimento licitatório. Inexistem provas, até mesmo e como visto acima, de que participaram, tinham ciência ou influíram, de qualquer forma, nos atos e decisões tomadas na intimidade da Secretaria de Gestão Pública, durante o processar dos procedimentos administrativos.”

CONTINUA

15 OUT 2016
16 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Da decisão, cabe recurso ao Ministério Público.

Em junho, Barbosa, ex-secretários e servidores municipais foram condenados por improbidade por aditivo em contrato com a Proguarda, que foi considerado indevido por ter sido concedido mesmo com pareceres contrários de servidores do setor de licitações. Pelo mesmo fato, os réus respondem processo criminal.

O ex-prefeito é alvo de pelo menos dez ações cíveis e criminais por irregularidades durante seu governo. Algumas já foram julgadas em primeira instância, com decisões favoráveis e contrárias ao ex-prefeito, mas, até agora, nenhuma transitou em julgado. Barbosa está inelegível pelo menos até 2020, em razão da cassação de seu mandato pela Câmara, em julho de 2012.

15 OUT 2016

16 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

Alunos

desocupam

colégio em

Londrina

Estudantes deixaram imóvel
após notificação de reintegração
de posse emitida pela Justiça

Fernanda Circhia

Grupo Folha

Os alunos que ocupavam o Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, localizado na zona sul de Londrina, deixaram a escola no início da noite desta sexta-feira (14) após receberem notificação sobre a reintegração de posse concedida pela Justiça ao Estado. A reportagem tentou contato com a chefe do Núcleo Regional de Educação em Londrina, Lucia Cortez, e com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), mas não obteve sucesso.

Conforme dados da Secretaria de Estado da Educação (Seed), cerca de 300 colégios estão ocupados e 280 mil alunos estão sem aula. Segundo o Movimento Ocupa Londrina, o número de escolas ocupadas chega a 420 no Estado, sendo 20 em Londrina.

A partir de segunda-feira (17), professores da rede estadual iniciam greve por tempo indeterminado. Uma assembleia estadual do Sindicato

dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), realizada na quarta (12), com a presença de 2 mil educadores, em Curitiba, definiu a paralisação. Conforme informações divulgadas pela APP-Sindicato, o principal motivo para a greve é o não pagamento da data-base em janeiro de 2017 anunciado pelo governo.

Em nota, a Seed reiterou que tem mantido o diálogo aberto, com a realização de reuniões periódicas na secretaria e na Casa Civil. Sobre o calendário escolar, conforme a Seed, as reposições devem avançar até 2017, pois as aulas deste ano terminam em 21 de dezembro, devido às duas paralisações de 2015. Um novo encontro está marcado para quarta-feira (19). No mesmo dia, uma nova reunião do comando de greve vai avaliar a convocação de uma assembleia.

UNIVERSIDADES

Os professores da Universidade Estadual de Londrina (UEL) também vão cruzar os braços. As aulas ficarão suspensas de segunda (17) a

quarta (19). Na quinta (20), uma nova assembleia deve definir as próximas mobilizações.

Segundo o Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (Sindiprol/Aduel), docentes da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) e da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) de Bandeirantes e Apucarana também decidiram parar pelo mesmo período. Também haverá paralisações na Unespar de Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá e União da Vitória e na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

VESTIBULAR

A Coordenadoria de Processos de Seleção (CPS) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) decidiu adiar a realização do Vestibular EaD (Ensino a Distância) 2016, marcado para este domingo (16) em 31 cidades. A decisão se deve à ocupação de escolas da rede estadual que seriam utilizadas para as provas. O vestibular tem 3.618 inscritos concorrendo a 2.620 vagas.

SERVIDORES

O Sindicato dos Servidores Públicos da Universidade Estadual de Londrina (Assuel Sindicato) também decidiu entrar em greve a partir de segunda-feira (17). Apenas setores prioritários, como a urgência e emergência do HU, Hospital das Clínicas e Hospital Veterinário, terão as atividades mantidas.

POLICIAIS

O Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Paraná (Sinclapol) decidiu entrar em greve a partir desta segunda (17). De acordo com o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Londrina e Região, Michel Franco, várias assembleias foram realizadas desde a última segunda-feira (10).

15 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

16 OUT 2016

LUIZ GERALDO MAZZA

Enfim a anomia

Há palavras cheias de mistério, uma delas é anomia, fenômeno visível quando desaparecem referenciais institucionais, exatamente o que se dá neste momento com os 340 colégios sob ocupação, mais as universidades estaduais e a programada greve de segunda-feira do quadro do funcionalismo estadual. O clima é parecido, longinquamente, ao descrito pelo liberal germânico Ralf Dahrendorf, no livro "A Lei e a Ordem", uma série de conferências, em que descreve o ambiente que viveu em Berlim no dia da derrota do seu país: sumiram os sinais de autoridade, que até então eram tão fortes, substituídos pelos assaltos nos armazéns, o caos nas ruas e as multidões sem rumo. Estamos precisamente em igual cenário: a polícia se prepara abertamente para ingressar, de corpo e alma, na greve; mais discretos, os policiais militares, comparecem às assembleias sem as fardas, mas enunciando uma clara adesão; o governo perdeu totalmente os controles e seu esgarçado discurso de que descontará os dias parados não inibe ninguém e até parece estimular mais a ousadia contra a ordem e a lei. Normalmente, o governo, sujeito da oração, funciona, mesmo que na inércia; agora não, já que perdeu os mínimos créditos e a voz da autoridade parece um regougar de doente terminal. Não apenas o Poder Executivo, mas também o Judiciário mergulha na anomia no ato visível de acatar, como normal, a violência da ocupação das escolas e, provavelmente, inapto para forma juízo de valor sobre a greve e os atos que a sucederão e o mais impotente de todos, como ator no processo, é o Legislativo sem qualquer força moral para representar a população.

Se essas tendências se aprofundarem, mesmo que aparentemente o governo continue existindo já renunciou, ainda que não tenha formalmente desertado. Maior prova da sua abulia é o fato de em pleno conflito o Legislativo romper a tradição interativa na composição da Mesa para consagrar apenas o situacionismo inútil e redundante como sempre, cuja utilidade operacional é duramente testada e revelada ociosa e formal. Mas sempre se dirá que nossa situação em qualquer plano é melhor do que a do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul tanto na carência estatal quanto na violência e também do que na Síria ou na Etiópia e Costa do Marfim, certamente.

Sem limites

Sérgio Moro havia calculado como termo da Lava Jato o fim deste ano, mas a previsão está superada. Quando lhe perguntam até onde irá a apuração, matéria de capa da revista regional "Ideias" número 180, responde que ela "já prendeu alguns dos maiores empresários do país e alcançou dezenas de políticos dos mais importantes. O que ainda falta? Não tenho ideia. Nem eu sei aonde a Lava Jato vai chegar". Para se ter uma ideia, entre essa reportagem e os últimos dias, houve o enquadramento de Eduardo Cunha e a condenação por 19 anos do ex-senador Gim Argelo e fora de seus limites, em decisão de juiz do Distrito Federal, Lula se torna réu pela terceira vez e ontem à tarde ainda eram ouvidas testemunhas de acusação contra mais um dos tesoureiros do PT, Pedro Ferreira.

17 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA ALMIR RODRIGUES SUDAN

Lula: asilado político?

Corre a notícia de que o ex-presidente Lula pretende pedir asilo de natureza política à Itália, sustentando a tese de que se trata de um perseguido político no Brasil. A Itália não se submeteria a esse vexame, primeiro, porque a lei italiana e os acordos multilaterais que albergam o tema exigem muito mais do que o pedido de asilo seja feito por quem se autointitula como perseguido. Segundo, porque a Itália já tem problemas demais, com terremotos e com a Cosa Nostra, da Sicília; a Camorra Napolitana e a Ndrangheta, da Calábria, três grandes organizações criminosas conhecidas como as famosas e temidas máfias italianas, e que, imagino, por isso, não iriam dar asilo político a quem, em princípio, segundo o que afirma o Ministério Público Federal, a imprensa livre e o Judiciário brasileiro está sendo regularmente processado, de acordo com as normas do Código Penal e de processo penal do Brasil, onde o mais amplo direito de defesa e do contraditório está lhe sendo assegurado. Admitir Lula como asilado político seria demais para a Itália diante de tantos problemas que já possui.

Uma das premissas para a concessão do asilo político é o fato de que quem o pede seja uma pessoa perseguida em razão de sua crença, religião, opinião política, nacionalidade ou de seu grupo social. O direito de asilo está previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, aprovado pela Assembleia Geral da ONU. Tal documento assegura a qualquer pessoa perseguida em seu estado (país) a solicitar proteção a outro estado, mas não estabelece o dever do outro estado de conceder o asilo. As normas internacionais que regem o assunto não permitem que seja concedido asilo ou refúgio a quem esteja sendo legal e legitimamente processado no seu país de origem, onde, segundo a regra inter-

nacional deve responder ao processo, e, se for condenado, a cumprir a pena estabelecida pelo estado, sob pena de se conceder asilo a criminosos comuns, e se desmoralizar perante a comunidade internacional. O Brasil passou por esse vexame ao não extraditar para a Itália Cesare Batisti.

Se Lula realmente pretende pedir asilo político, restou-lhe algumas opções. A primeira seria a Bolívia, mas tem o problema da altitude, e penso que ele não iria gostar, haja vista que certas pessoas em altitudes extremas, sem ser nativo, sofre efeitos colaterais terríveis. Outra opção é a Venezuela, mas lá ele teria outro problema: a falta de tudo, inclusive de papel higiênico. Em seguida, apareceria o Equador, mas lá tem muitos terremotos que

não lhe fariam bem porque para a pessoa que já está meio tonto, o terremoto exacerbera a tontura. À direita, já no Caribe está Cuba, mas também lá ele teria muito receio, pois o país está próximo dos Estados Unidos e ele poderia ser pego nadando na praia, que poderiam considerá-la como águas internacionais.

Mais longe, teria Angola, que faz face com o Brasil. Daria para ele, de longe,

sem visão, olhar para a costa brasileira, mas teria outro problema: a questão da instabilidade política e as doenças que, infelizmente, atingem aquele continente.

É Lula, parece que Curitiba é a sua melhor opção, mesmo sendo uma cidade onde faz muito frio, pois é lá que estão seus melhores amigos, e amizade é coisa séria, não acha?

Semper Fidelis (sempre fiel) é o lema, a palavra de ordem do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, e eles, entre si, são fiéis. Um nunca abandona o outro, mesmo que estejam no campo de batalha, seja ele qual for.

ALMIR RODRIGUES SUDAN
é advogado em Londrina

66

*As normas internacionais
não permitem
que seja concedido
asilo a quem esteja sendo
legal e legitimamente
processado no
país de origem*

15 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Tribunal de Justiça manda parar a licitação da iluminação pública

Corte atendeu ao pedido de concorrente e do TCM, que discordavam da decisão que havia liberado o processo

O Tribunal de Justiça de São Paulo voltou a suspender a licitação da Parceria Público-Privada (PPP) da iluminação pública da Prefeitura de São Paulo. Desta vez, a 1.^a Câmara de Direito Público devolveu ao Tribunal de Contas do Município (TCM) o poder de paralisar a licitação.

Estimada em R\$ 7 bilhões, a PPP da gestão Fernando Haddad (PT) havia sido liberada pela Justiça na semana passada. Atendendo ao pedido de um dos consórcios da disputa, o Walks, formado pelas empresas Alumini e WTorre, a juíza Maria Fernanda de Toledo Rodovalho determinou que o conselheiro do TCM João Antônio liberasse a licitação, paralisada por ele desde maio.

Cumprindo a ordem judicial, Antônio teve de liberar a licitação e a Prefeitura marcou a abertura dos envelopes para a próxima terça-feira. Agora, entretanto, a nova decisão voltou a suspender a proposta. Ela partiu de recurso apresentado pelo outro consórcio da disputa, liderado pela empresa de iluminação pública FM Rodrigues e pelo próprio TCM.

Nos bastidores, a decisão da juíza Maria Fernanda tinha causado indignação no TCM, uma vez que o órgão teria sido desautorizado, segundo vereadores. Esse foi um dos motivos que teria levado o órgão a recorrer.

Oficialmente, o TCM questiona as garantias financeiras apresentadas pela Alumini/WTorre, que já foram aceitas pela Prefeitura durante a análise da documentação que habilitou a empresa. O parecer teve respaldo da Procuradoria Geral do Município.

A inabilitação do grupo resultaria em aprovação imediata da FM Rodrigues – que atualmente já é a empresa que cuida da iluminação pública da cidade, em parceria com a agora rival Alumini.

Decisão. Na nova sentença, dada na noite de quinta-feira, o relator do caso no TJ, desembargador Vicente Abreu Amadei, baseou seu voto no argumento de que o TCM tem poder de decidir sobre esse tipo de caso e que cabe ao órgão paralisar licitações, além de fiscalizar contratos em andamento. O TCM suspendeu 14 licitações da gestão Haddad.

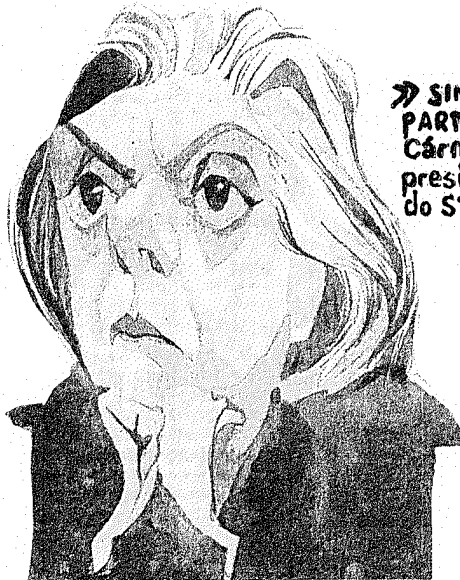
Agora, sem prazo para a retomada do certame, a licitação deverá ser concluída pelo prefeito eleito, João Doria (PSDB), que já manifestou concordância com o projeto – embora tenha dito que poderia rever termos do contrato e valores.

Prevista para vigorar por 20 anos, a PPP da iluminação pretendia trocar todas as lâmpadas da cidade por luzes de LED. A ideia é que o parceiro privado troque todo o parque de luminárias da cidade, de 630 mil lâmpadas, e instale outras 76 mil luminárias. O LED é até 50% mais econômico, e a economia custearia todo o serviço. / BRUNO

RIBEIRO e FABIO LEITE

15 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO



» SINAIS
PARTICULARES,
Cármén Lúcia,
presidente
do STF

15 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Léo Pinheiro se torna réu no caso Bancoop

A juíza Maria Priscilla Ernandes, da 4.^a Vara Criminal de São Paulo, aceitou ontem denúncia do Ministério Público no Estado contra o empreiteiro Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, o ex-tesoureiro do PT e ex-presidente da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) João Vaccari Neto e mais dez investigados. A acusação envolve irregularidades em empreendimentos ligados à Bancoop, de 2009 a janeiro de 2015.

Léo Pinheiro é acusado de associação criminosa e estelionato. A Promotoria de São Paulo imputa a Vaccari associação criminosa, falsidade ideológica, estelionato e violação à Lei do Condomínio. Ambos já foram condenados na Operação Lava Jato e estão presos no Paraná.

A Bancoop, cooperativa fundada nos anos 1990 por um núcleo do PT, em dificuldade financeira, repassou para a OAS empreendimentos inacabados. A transferência provocou a revolta de cooperados, que protestam na Justiça que a empreiteira cobrou valores muito acima do previsto contratualmente.

A denúncia envolvia inicialmente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ex-primeira-dama Marisa Letícia, o filho do casal Fábio Luis Lula da Silva e o triplex no edifício Solaris, no Guarujá (SP). Em março, a juíza Maria Priscilla Ernandes mandou a acusação e o pedido de prisão de Lula, feito pelos promotores paulistas, para o juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Lava Jato na primeira instância. A operação denunciou Lula no caso do triplex, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no esquema de cartel e propinas na Petrobrás. / J.A., F.M., M.C. e R.B.

Luiz Fux, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

Fux diz que sessões do Supremo são 'enfadonhas'

Ministro propõe limitar a 15 minutos tempo de fala para agilizar ações; ele diz que Lava Jato tramita em 'ritmo razoável'

Luiz Maklouf Carvalho
ENVIADO ESPECIAL | BRASÍLIA

"Aqui, debaixo de cada toga, bate um coração." Dita com emoção pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), a obviedade pretende frisar que as chamadas 11 ilhas, cada qual no seu quadrado, precisam abrir canais entre si. Primeiro, falando menos para a TV Justiça. Segundo, conversando mais uns com os outros. Para o falatório, chato e sem nenhum controle, Fux propõe um limite de tempo: 15 minutos, o mesmo que cabe aos advogados que ocupam a tribuna. Para diminuir a distância entre as ilhas, que acha já estar melhorando, confia nas "escolhas trágicas" que a sociedade civil está levando à Corte.

Carioca, de 63 anos, Fux foi advogado, promotor, juiz (por 14 anos), desembargador, ministro do Superior Tribunal de Justiça (indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e aprovado pelo Senado)

e, a partir de março de 2011, um dos 11 do STF, por indicação da presidente Dilma Rousseff e aprovação do Senado.

O ministro recebeu o **Estado**, depois de uma sessão do tribunal pleno, na antessala do gabinete, no 3.º andar do anexo 2. E também falou sobre a Operação Lava Jato.

● **As sessões do Supremo continuam prolixas e cansativas, porque os ministros, até mesmo o senhor, passam muito tempo lendo os votos...**

É enfadonho.

● **Ninguém merece, nem os senhores...**

É verdade.

● **Alguma solução à vista?**

Num dado momento de amadurecimento nós poderíamos estabelecer, até regimentalmente, que aquele que estiver de acordo (*com a questão em discussão*) manifeste essa posição em menos de um segundo. Quem não estiver de acordo disporá, para discordar, do mesmo prazo dos advogados que sobem à tribuna, 15 minutos. É uma regra que agiliza. Dá para resolver mais uns cinco processos de repercussão geral por sessão.

● Amadurecimento

"Num dado momento de amadurecimento nós poderíamos estabelecer, até regimentalmente, que aquele que estiver de acordo (*com a questão em discussão*) manifeste essa posição em menos de um segundo.

Quem não estiver de acordo disporá, para discordar, do mesmo prazo dos advogados que sobem à tribuna, 15 minutos. É uma regra que agiliza. Dá para resolver mais uns cinco processos de repercussão geral por sessão."

"(A Lava Jato) É uma operação complexa, tem várias fases. Eu acho que está andando num ritmo bastante razoável."

Luiz Fux
MINISTRO DO STF

● **O senhor não teria dificuldade pessoal para aceitar essa regra?**
Não. Zero.

● **Porque às vezes, data vênia, parece que o senhor realmente gosta de ficar naquela leitura...**
Não. A gente faz a mesma coisa que todo mundo faz, quando é relator (*do caso em pauta*). Mas essa redução tem de acontecer. Eu acredito naquela colocação do Rui Barbosa, acho que na *Oração aos Moços*: o juiz não tem de mostrar quanto direito ele sabe, mas o direito que a parte pede.

● **Sem precisar exibir erudição...**
A grande aflição do jurisdicionado deve ser essa. Ele ouve, ouve, ouve, é um banho de cultura, mas o que ele quer mesmo saber é se deu provimento ou negou provimento, se ganhou ou perdeu.

CONTINUA

● **O senhor já conversou com os outros ministros sobre essa ideia de limitar as intervenções ao tempo dos advogados?**

Eu já tenho comentado isso com um ou outro ministro. Sempre é uma questão de você ir criando parâmetros novos.

● **Algum deles concorda?**

O (Luís Roberto) Barroso, o Teori (Zavascki), o (Edson) Fachin, o (Dias) Toffoli, eu tenho certeza que aceitariam.

● **Já é quase uma maioria. E a presidente Cármen Lúcia?**

Com ela eu ainda não conversei a respeito.

● **Outra crítica recorrente ao STF é que os senhores são 11 ilhas, que não conversam entre si.**

Ainda são 11 ilhas, mas hoje é menos, melhorou um pouquinho. Os ministros tem de conversar. Vai melhorar mais.

● **Em que o senhor baseia esse otimismo?**

Na necessidade de solução de casos muito difíceis, em que a sociedade merece uma resposta que não é passível de ser obtida só com a soma de votos. Estão começando a chegar ao tribunal casos em que as escolhas são trágicas, para usar a teoria dos filósofos Guido Calabresi e Philip Bobbit.

● **O que são essas escolhas?**

São soluções em que uma delas será necessariamente trágica, e então é preciso conversar. Aqui no Supremo, debaixo da toga de todo mundo, bate um coração. Nessa hora, todo mundo quer o apoio de todos.

● **Dê um exemplo de escolha trágica que tramita no Supremo Tribunal Federal.**

Esse caso dos remédios (se o Estado deve bancar os medicamentos e tratamentos de alto custo, julgamento interrompido em setembro por um pedido de vista do ministro Teori Zavascki). Ninguém vai querer sair daqui com fama de impiedoso. Nem pode. Ninguém quer. Essas escolhas

trágicas vão unir os ministros, vão trazer a necessidade de nos reunirmos, para prover de maneira humana e jurídica. Para dar uma caridade justa e uma justiça caridosa.

● **No caso dos remédios o senhor ainda não votou.**

Ainda não. Tem de haver um pool da sociedade. O Supremo é o guardião da Constituição desde o seu preâmbulo. E ela abre afirmando que o esforço do Brasil é para criar uma sociedade fraterna e justa. Esse é o primeiro mandamento. Depois vem o resto. Como é que nós vamos deixar a suposta altivez, a ilha, a paz de cada um, superar o dever moral de trazer uma solução humana nesses casos? Os ministros precisam conversar mais entre si.

● **O relator da Operação Lava Jato, aqui no Supremo, é o ministro Teori Zavascki. O senhor acha que está demorando ou não?**

É uma operação complexa, tem várias fases. Eu acho que está andando num ritmo bastante razoável.

● **O que se ouve, volta e meia, é que, enquanto o juiz Sérgio Moro já dá uma sentença, na média de seis meses, o Supremo mal recebe uma denúncia...**

Nem pode ser diferente. O Moro tem uma competência limitada, o Supremo tem uma competência ampla. Aqui nós somos 11 ministros, com jurisdição sobre todo o território nacional, e para todos os ramos do direito. Não recebemos só Lava Jato.

● **Quantos processos o senhor tem no gabinete hoje?**

Uns 5 mil processos. Nós temos uma litigiosidade desenfreada. De cada dois cidadãos, um litiga. São 200 milhões de brasileiros e 100 milhões de ações. É inacreditável. No sistema brasileiro, o Judiciário não pode negar justiça, em qualquer provocação ele deve se manifestar. Essa é a razão pela qual o Supremo tem 70 mil casos para julgar, e a Suprema

Corte americana tem 70. O Superior Tribunal de Justiça tem 263 mil processos para julgar, e o Terceiro Senado Alemão, que é equiparável ao STJ, tem 3 mil.

● **O que o senhor acha das denúncias do Ministério Público no caso da Lava Jato, seja na chamada espetacularização, seja, às vezes, na pré-sentença condenatória que tem vindo junto com a denúncia?**

Teoricamente, o libelo é um projeto de sentença. Mas o comportamento do Moro em relação aos procuradores tem sido bem imparcial. Ele às vezes aceita, e às vezes não aceita.

● **E o que o senhor diz em relação ao comportamento dos procuradores, ou de alguns procuradores que apresentam a denúncia como se já fosse a sentença?**

Nos casos emblemáticos, a imprensa tem de ter o acesso, e tem manifestado um interesse muito intenso nesse caso. Por vezes eles se sentem instados a dar uma satisfação pública. Talvez nesse caso eles pequem mais pelo excesso de atender aos reclamos da mídia.

● **O senhor tem alguma preocupação institucional com a Operação Lava Jato?**

Eu não tenho preocupação institucional. Eu entendo que o Supremo Tribunal Federal, quando resolve uma questão objetiva, como, por exemplo, marcha da maconha, união de casais homoafetivos, está resolvendo uma questão sobre a qual há um desacordo moral na sociedade. Aí o juiz deve aferir a percepção da sociedade com relação àquele tema. Mas, quando o julgamento é subjetivo – Ministério Público versus A, B ou C –, aí, efetivamente, o juiz tem de julgar de acordo com o seu grau de convicção e a prova dos autos. Lava Jato é julgamento de réus de acordo com os crimes que praticaram, processo subjetivo, portanto, processo que tem apenas sujeitos.

16 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Saúde cruza dados contra suposta 'máfia da judicialização'

Ministério quer rastrear médicos, advogados e juizes em busca de irregularidades; relatório será enviado à PF

Lígia Formenti / BRASÍLIA

O Ministério da Saúde iniciou uma investigação sobre a existência da "máfia da judicialização". Há um mês, uma equipe da assessoria jurídica da pasta foi destacada para cruzar dados de médicos, pacientes, advogados e juizes. A ideia é identificar grupos que tenham atuado ao longo dos últimos anos para obter vantagens indevidas nas ações que cobram do poder público remédios não oferecidos no Sistema Único de Saúde (SUS).

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou que o relatório, prestes a ser concluído, será enviado para a Polícia Federal. Um estudo semelhante está em curso também no Conselho Nacional de Justiça.

Associações de representantes de pacientes ouvidas pelo **Estado** classificam as investigações como uma estratégia para desviar o foco da discussão. "A ideia é tentar tirar a legitimidade de um movimento que surgiu justamente em resposta à falta de atuação do Estado. De tentar transformar uma reivindicação legítima em ação de um grupo de aproveitadores", afirmou Antoine Daher, da Casa Hunter, associação que reúne pacientes, familiares e médicos especializados em doenças raras. "Se abusos acontecem, têm de ser punidos. Mas a discussão é outra."

A estimativa do Ministério da Saúde é de que neste ano seja desembolsado R\$ 1,7 bilhão para a compra de remédios determinada por sentenças judiciais. Entre janeiro e ju-

● Impasse

"Do jeito que está, a indústria ganha. Advogados podem ganhar. Só o governo perde, mas porque quer."

Pedro Stelian

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PORTADORES DE DOENÇAS DE GAUCHER

lho, a pasta respondeu a 16.301 ações que tratam do fornecimento de medicamentos. O número é superior ao que foi registrado durante os 12 meses de 2015: 14.940. Entre 2010 e 2015, os gastos para compra de remédios determinados por sentenças subiram 727%.

"Saúde não tem preço. Mas tem um custo e alguém terá de pagar pelo fornecimento dos medicamentos que não estavam previstos na lista", afirmou Barros. O ministro argumenta que, para cumprir as sentenças, ações programadas na Saúde precisam ser interrompidas.

Inoperância. O presidente da Associação Nacional dos Portadores de Doenças de Gaucher e outras Doenças Raras, Pedro Stelian, discorda. Ele atribui a inoperância do Ministério da Saúde. "O SUS oferece medicamento apenas para uma doença rara, a de Gaucher", disse. "Nenhuma das demais está contemplada. O que pacientes devem fazer? Esperar morrer?"

Daher afirma que os pedidos para incorporação dos remédios no SUS esbarram na avaliação sobre o impacto econômico do tratamento. "Esse tipo de análise nunca é feito pelas empresas para doenças raras. E não há como fazer, pois o número de pacientes com problema é muito reduzido. A lógica tem de ser outra." Stelian afirma que todos os pacientes com diagnóstico de doenças ultrarraras que ingressaram na Justiça conseguiram o direito do fornecimento do remédio.

Solicitações feitas. Pela estimativa de Daher, dos 20 medicamentos mais pedidos na Justiça, 90% são para doenças raras. "E desse total 14 têm registro na Anvisa", afirmou Stelian. Ambos não têm dúvida ao dizer que o poder público teria um gasto muito menor se fizesse protocolos para essas doenças. "As compras poderiam ser programadas. E, com isso, o preço do remédio poderia ser negociado com a indústria", disse Stelian.

"Para pacientes e familiares é sempre muito penoso ter de recorrer à Justiça. Há um tempo precioso que se perde, há insegurança", contou Daher. Por isso, fala, o ideal seria que o Ministério da Saúde mudasse a política e passasse a avaliar de fato a possibilidade de incluir remédios para doenças raras na lista do SUS.

O filho dele, Antony, teve diagnóstico de mucopolissacaridose tipo 2 aos 3 anos e meio. Ele precisou ingressar na Justiça para conseguir o tratamento, feito por meio da recomposição de uma enzima. "Desde que começou a terapia, a doença estacionou. Ele está ótimo."

16 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Judicialização e política

Não se governa um país com o Judiciário, mas com a política, e o grande problema é que no Brasil de hoje as mudanças necessárias para que a política desempenhe seu papel não virão espontaneamente do Congresso Nacional, porque, “compreensivelmente, as pessoas não mudam o sistema que as elegeram”. Assim, e isso é política, “a sociedade brasileira, mobilizada, é que deve cobrar as mudanças, começando pelo sistema de justiça, que é o fim do mundo”. Essa é a opinião do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, manifestada em entrevista exclusiva ao **Estado**, concedida ao repórter Luiz Maklouf Carvalho e publicada na quarta-feira passada.

Quando um ministro da Suprema Corte admite que o sistema de Justiça no Brasil é “o fim do mundo”, é preciso refletir sobre o sentido de suas palavras. Barroso foi nomeado em junho de 2013 por Dilma Rousseff. Dias atrás, ao indeferir mandado de segurança impetrado pelo PT e pelo PCdoB para obter a suspensão de tramitação na Câmara da PEC do teto dos gastos públicos, Barroso afirmou que “o Congresso Nacional é a instância própria para os debates públicos acerca das escolhas políticas a serem feitas pelo Estado”. E enfatizou o princípio de que a disputa em torno de medidas propostas para debelar a crise que o

País enfrenta “não é um a questão constitucional, mas política, a ser enfrentada com mobilização social e consciência cívica, e não com judicialização”.

O ministro Barroso não fecha os olhos aos graves problemas da Justiça no Brasil. É enfático ao reconhecê-los, quando perguntado sobre o que o impressiona na Operação Lava Jato: (*O que me impressiona é*) “nós termos construído um país em que um Direito Penal absolutamente ineficiente não funcionou, durante anos, como mínima prevenção geral para evitar um amplo espectro de criminalidade”. E acrescenta: “Porque não é um episódio, nem dois, nem três. Onde você destampa tem alguma coisa. Nós criamos uma delinquência generalizada no País. E com um contágio que ultrapassa tudo o que seria imaginável”.

Ele é incisivo quando trata da judicialização da política: “Por mais que o Judiciário consiga fazer bem o seu papel, não se governa um país com o Judiciário. É a política que precisa ser reformada”. É essencialmente à política que cabe, portanto, promover a reforma também do Judiciário, o que não impede que ao longo do tempo correções de curso sejam promovidas pelos próprios magistrados, como ocorreu recentemente com a decisão do STF de estabelecer que condenados em segunda instância podem começar a cumprir pena, independentemente do trânsito em julgado de seus processos na instância superior.

Ao colocar o dedo na ferida da “delinquência generalizada (...) que ultrapassa tudo o que seria imaginável”, o ministro Barroso implicitamente sugere um olhar retrospectivo sobre a política brasileira, o que leva à reiteração de uma conclusão óbvia a respeito da maneira como o PT governou o País nos últimos 13 anos. Não foram Lula e o PT que inventaram a “delinquência” na gestão da coisa pública. Essa é uma das características perversas da mentalidade patrimonialista de origem colonial que contamina desde sempre a política no Brasil.

Mas é igualmente indesmentível o fato de que o mesmo partido que chegou ao poder prometendo “passar o País a limpo” chegou também, muito rapidamente, à conclusão de que a adesão aos métodos políticos que passara a vida condenando era o caminho mais rápido e prático para a perpetuação de seu projeto de poder. Quem conta essa história tenebrosa de mensalões e petrolões que enriqueceram os principais figurões do lulopetismo é a crônica policial dos últimos dois anos e meio.

Tem razão o ministro Barroso: a Justiça precisa ser muito aperfeiçoada, mas não é ela que vai tirar o País do buraco. É a política. A boa política. O profilático episódio do impeachment de Dilma Rousseff o comprova. “Acho que logo ali na frente”, preconiza o ministro, “o País vai ter que passar por uma campanha incisiva de desjudicialização da vida.”

17 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Imprecisão jornalística gera dano moral, decide 6ª Câmara do TJ-SP

Reportagens imprecisas e com erros de informação que violam a honra e a imagem das pessoas garantem indenização por dano moral a quem é retratado na notícia. O entendimento foi aplicado pela 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo para condenar o jornalista Leandro Mazzini a pagar R\$ 15 mil ao juiz federal Ali Mazloum, por danos morais.

Mazzini afirmou que Mazloum era acusado de vender sentenças durante a operação anaconda – que investigava a troca de favores entre o crime organizado e membros do Judiciário. Também disse que o juiz teria pedido uma indicação para ser ministro do Supremo Tribunal Federal ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Acontece que Mazloum foi considerado inocente e sequer era acusado de venda de sentenças. O Ministério Público Federal tentou acusá-

lo de outros delitos, mesmo assim, sem sucesso.

A relatora do caso no TJ-SP, desembargadora Cláudia Carneiro Calbucci Renaux, destacou em seu voto, acompanhado por unanimidade pela 6ª Câmara, que a reportagem, já retirada do ar por decisão de primeiro grau, continha erros de informação.

“Deveria a reportagem, antes, ter minuciado as circunstâncias do processo criminal que envolveu o autor [Mazloum], pois, entre a alegada venda de sentenças e os crimes de ameaça, abuso de poder e formação de quadrilha, há diferença. A narração genérica do processo e a imputação veiculada, que não é verdadeira, pode denotar má-fé ou, ao menos, flagrante negligência do jornalista em sua pesquisa, e gera uma lesão a direito de personalidade do autor, sob a égide de sua imagem”, explicou a relatora.

17 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juizes e membros do MP apontam inconstitucionalidade da PEC 241

Juizes, membros do Ministério Público e advogados públicos assinam nota técnica conjunta contra a Proposta de Emenda à Constituição 241, a PEC do Teto dos Gastos, já aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados.

A proposta de autoria do Poder Executivo diz que, a partir de 2018, o investimento mínimo em educação e saúde deve ser equivalente à despesa do ano anterior corrigida pelo IPCA. Atualmente, a Constituição Federal determina que a União invista em educação, no mínimo, 18% da arrecadação com impostos. Na área da saúde, o mínimo de investimento equivale a 13,2% da Receita Corrente Líquida em 2016.

“Assim como os benefícios previdenciários, esses pisos continuarão a ser concedidos, independentemente do teto da PEC 241. Os cidadãos continu-

arão a ter o direito de exigir, até judicialmente se necessário for, educação e saúde”, diz trecho da nota.

Se aprovada a PEC 241, segundo a nota, deve explodir o número de ações judiciais em busca de direitos não garantidos à população e, como consequência, “teremos a transformação explosiva dos pisos em precatórios”.

“Não cabe impor, via ADCT, uma espécie de ‘estado de sítio fiscal’ que suspenda a eficácia dos direitos fundamentais por 20 (vinte) anos, a pretexto de teto global de despesa primária, como a PEC 241 pretende, independentemente do comportamento da riqueza na economia e da arrecadação governamental”, diz a nota, afirmando que nenhuma proposta de reforma constitucional pode pretender substituir a própria Constituição.

17 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz permite vaquejada na Paraíba mesmo depois de decisão do STF

Não é possível presumir que a vaquejada sempre é cruel com bovinos, quando se comprova que o evento usa técnicas e equipamentos modernos. Assim entendeu o juiz Max Nunes de França, da comarca de Campina Grande, ao rejeitar pedido de liminar que queria impedir o uso de animais em evento programado entre os dias 13 e 16 de outubro, no município de Massaranduba (PB).

Embora o Supremo Tribunal Federal tenha declarado inconstitucional uma lei do Ceará sobre o tema, no dia 6 de outubro, o juiz disse que a decisão não tem fundamento vinculante e nem sequer teve acórdão publicado, deixando nebuloso seu alcance. Durante plantão judiciário, nesta quarta-feira (12/10), ele negou pedido de uma entidade de protetores dos animais.

Como descreve o próprio juiz, a vaquejada se baseia na perseguição de bovinos por pessoas montadas a cavalo, com o objetivo de derrubá-los puxando-os pela cauda. A autora da ação reconheceu o viés cultural da prática, mas considerou intolerável aceitar a crueldade, os abusos e os maus-tratos comuns nessa prática. Segundo o município, a tese do STF não poderia ser aplicada nesse caso e a "vaquejada moderna" evita maus-tratos, assemelhando-se a outras modalidades esportivas que usam animais.

França entendeu que formas de tratamento "primitivas" foram abandonadas. Agora, são proibidos açoites e colocados "equipamentos na cauda do animal para minorar os riscos de lesão".

Assinatura mensal de telefone é serviço e, por isso, incide ICMS

A assinatura básica mensal de telefonia é, por si só, um serviço. Por isso, incide sobre o seu valor o ICMS. A decisão é do Supremo Tribunal Federal e irá guiar as questões sobre o tema Brasil afora, já que teve repercussão geral reconhecida. A jurisprudência foi estabelecida em julgamento de recurso extraordinário no qual o Rio Grande do Sul questionava acórdão do Tribunal de Justiça local favorável à Oi.

O ministro relator Teori Zavascki ressaltou que as próprias operadoras de telefone argumentaram em julgamento anos atrás no Superior Tribunal de Justiça que a assinatura básica mensal era por si só um serviço

17 OUT 2016

BEMPARANÁ

Governo decreta recesso em escolas invadidas e aciona MP

Serão enviados ofícios também aos Conselhos Tutelares pedindo ações em relação a menores nas ocupações

O Governo do Estado decidiu decretar recesso escolar de cinco dias nas escolas da rede estadual invadidas por estudantes. O recesso começa hoje. O Governo também decidiu enviar ofícios ao Ministério Público, Conselhos Tutelares e ao Poder Judiciário pedindo ações em relação a adolescentes menores de idade que participam do movimento.

As decisões foram tomadas em reunião convocada pelo chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, ontem, com vistas a resolver o impasse das invasões de escolas por alunos. "Temos poucos dias para encerrar o ano letivo e é ne-

cessário que o diálogo se aprofunde nesta semana", disse Rossoni. "Queremos a participação de toda a sociedade nesse diálogo" disse o chefe da Casa Civil.

Até o sábado passado eram 461 escolas com ocupação, segundo a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes).

MENORES - A Procuradoria-Geral do Estado, já hoje, enviará ofícios ao Ministério Público, aos Conselhos Tutelares e ao Poder Judiciário, pedindo que participem das ações com providências e fiscalização direta em relação aos adolescentes menores de idade que participam das in-

vasões a escolas no Estado.

"A Constituição Federal garante prioridade absoluta e defende a integridade física e psicológica dos menores acima de todas as coisas", justificou o procurador-geral do Estado, Paulo Sérgio Rosso. "Nossa maior preocupação é que os menores que estão nessas escolas sejam submetidos a situação de risco", afirmou.

Rosso salientou, também, que os atos praticados por menores podem levar à responsabilização dos pais, a quem cabe a preservação da integridade física e psicológica do adolescente. "É preciso, portanto, que os pais deles tenham essa consciência", disse.

17 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Adoção é tema de encontro inédito

A adoção de crianças e adolescentes é um assunto que desperta cada vez mais interesse na sociedade. Ainda cercada de mitos, ela precisa ser refletida, orientada, apoiada e agilizada. Para auxiliar nesta busca, foram criados os Grupos de Apoio à Adoção, que são cerca de 150 em todo Brasil. No Paraná, seus integrantes, todos voluntários, reúnem-se em novembro, durante

encontro inédito no Estado.

O "I Encontro Paranaense de Apoio à Adoção" será nos dias 4 e 5 de novembro de 2016, em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Esta primeira edição traz o tema "Caminhos da Adoção", oportunizando reflexões e integração dos Grupos, famílias adotivas, acadêmicos, professores e comunidade. ■

Aumenta os registros de paternidade feitos em cartórios

Nos últimos quatro anos, aumentou nos cartórios do país o número de casos de paternidade reconhecida tardiamente, informou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A paternida-

de tardia é aquela em que inicialmente a criança que não tinha o nome do pai no registro ganha o direito de acrescentá-lo à certidão, quando é confirmada a paternidade. ●

17 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

PEC do teto de gastos cria restrições iguais para Poderes

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse sexta-feira (15), após reunião com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, ora em tramitação no Congresso e que limita os gastos públicos do país pelos próximos 20 anos, estabelece restrições iguais para todos os Poderes.

“Um dos pontos importantes que valem a pena ressaltar é exatamente o consenso a que se chegou, de que a PEC estabelece uma restrição que é igual para todos os Poderes. Não estabelece

nada específico para um determinado Poder, que seja diferente dos demais, e também não dá nenhuma possibilidade de interferência em um Poder e outro”, disse Meirelles.

Ele classificou a reunião como proveitosa e disse que a mesma serviu para deixar claro alguns pontos da PEC. Como a “necessidade de se fazer uma limitação [dos gastos], em primeiro lugar para o Brasil, para a economia, e em segundo lugar, a absoluta manutenção, como uma cláusula fundamental da Constituição brasileira, da independência dos poderes”, disse. ●

15 OUT 2016

CARTA CAPITAL

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

A tirania das boas intenções

● Vivemos um sistema em que bons meninos, como Sergio Moro, exibem retidão moral para praticar brutalidades em nome da Justiça

Meu amigo e colega de Unicamp, o físico Rogério Cerqueira Leite disparou, na *Folha de S. Paulo*, um petardo contra os métodos e protagonismos de Sergio Moro. Moro retrucou com uma carta ao Painelet do Leitor. Lamentou que o jornal tivesse concedido espaço para a publicação do artigo: “Sem qualquer base empírica (*sic*), o autor desfila estereótipos e rancor contra os trabalhos judiciais na assim denominada Operação Lava Jato, realizando equiparações com fanático religioso e chegando a sugerir atos de violência contra o ora magistrado”. Moro prossegue: “A publicação de opiniões panfletário-partidárias que veiculam somente preconceito e rancor, sem qualquer base factual deveria ser evitada...”

No Brasil da conflagração política, juizes, promotores e delegados – burocracias não eleitas e autodenominadas meritocráticas – reagem às insinuações de “partidarismo” e açodamento nas investigações com atitudes que lembram as conclamações virtuosas dos jovens florentinos mobilizados pelas arengas de Savonarola. Invocar a própria virtude, honestidade ou bons propósitos para contestar a impessoalidade e o “formalismo” da lei é desastroso para a sociedade. Há quem apontasse, como Montesquieu, insanidade na substituição da força da lei pela presunção de virtude autoalegada.

Nas sociedades modernas, as burocracias envolvidas na prestação jurisdicional

gozam das prerrogativas de independência funcional, irredutibilidade dos vencimentos, vitaliciedade, (que poderia ser suspensão no caso de falta grave) e direito a uma aposentadoria especial. Essas prerrogativas não concedem um privilégio à pessoa do juiz, mas, sim, pretendem dar ao cidadão a certeza de que será julgado por um magistrado capaz de resistir ao poder econômico e político, aos arreganhos das maiorias circunstanciais e autoritárias ou às campanhas midiáticas empenhadas em atemorizar e influenciar a prestação jurisdicional.

Por isso, o juiz só serve ao “povo” enquanto intérprete da lei e servo da hierarquia do sistema de prestação jurisdicional. Tanto os de cima quanto os de baixo devem obedecer aos trâmites e instâncias do processo legal. A democracia não sobrevive quando os procedimentos formais são substituídos pela opinião fulminante que culmina na desmoralização recíproca das instâncias jurisdicionais e dos demais poderes republicanos.

As participações dos policiais, magistrados e promotores no bate-boca sobre a Operação Lava Jato deixam muita gente de cabelo em pé. Algumas manifestações colidem frontalmente com o princípio liberal e democrático que garante ao cidadão, rico ou pobre, um julgamento fundado na argumentação racional das partes e na livre formação da convicção do intérprete da lei.

A incompreensão dos fundamentos de suas funções e prerrogativas por parte dos funcionários do Estado escancara as portas para a horda de justiceiros que pretendem violar as garantias individuais dos ricos em nome do desamparo da maioria pobre, esta diariamente submetida ao justicamento praticado pelos esbirros do abuso. Trata-se de uma forma estranha e peculiar de se promover a

igualdade entre os cidadãos: entregar todos, sem distinção de classe, raça ou gênero, à brutalidade e ao arbítrio dos beaguins. O socialismo dos tolos dá lugar ao socialismo dos tiras.

As ações de autoridades seduzidas pelos frêmitos e cintilações da “sociedade do espetáculo” açulam o imaginário da população que delira com o festival de detenções, com a prodigalidade na concessão de prisões temporárias, para, logo mais, esquecer tudo e se emocionar com o próximo capítulo da interminável novela “Chutando a Porta” (subtítulo: “Desde Que Não Seja a Minha”).

Imaginei – santa ingenuidade – que as batalhas do século XX, além do avanço dos direitos sociais e econômicos, tivessem, finalmente, estendido os direitos civis e políticos, conquistas das “democracias burguesas”, a todos os cidadãos. Mas talvez estejamos numa empreitada verdadeiramente subversiva, ainda que não revolucionária: a construção da República dos Mais Desiguais. Uma novidade política engendrada nos porões da inventividade contemporânea, regime em que as garantias republicanas recuam diante dos esgares da máquina movida pela “tirania das boas intenções”. Um sistema em que bons meninos exibem sua retidão moral para praticar brutalidades em nome da Justiça. O direito e a eticidade do Estado desaparecem no buraco negro do moralismo particularista e exibicionista.

A palavra ética frequenta certos círculos que podem comprometer sua reputação. Nas mãos dessa gente são estraçalhados os valores fundados na ética que as sociedades modernas alegam compartilhar. A ética, diria Hegel, não se compadecede dos arroubos de moralismo narcisista, aquele que aponta os corruptos, mas descure das raízes da corrupção. ◦

15 OUT 2016

CARTA CAPITAL

WÁLTER FANGANIELLO MAIEROVITCH

Desequilíbrio à direita

● De como 6 ministros do STF inclinam a balança da Justiça e traem o sentido da lei

O Supremo Tribunal Federal, por 6 votos a 5, surpreendeu ao permitir a prisão sem que haja sentença condenatória definitiva. Para tanto, basta confirmação por Tribunal de Apelação, conforme a matéria em julgamento, ou por Tribunal de Justiça Estadual ou por Tribunal Regional Federal. Ratificou-se, assim, a posição expressa em fevereiro passado e sepultou-se aquela em vigor desde 2009, quando foi concedido *habeas corpus* liberatório fundamentado na garantia da ampla defesa, a negar a prisão antes de sentença passada em julgado.

O princípio e a garantia constitucional da presunção de não culpabilidade (“ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”) e o artigo 283 da lei processual penal (“ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva”) foram largamente debatidos. Mais ainda, ressaltou-se que, pós-apelação, os recursos de reexame (especial junto ao Superior Tribunal de Justiça e extraordinário no STF) não suspendem o efeito da condenação. No entanto, a Suprema Corte deixou aberta a possibilidade de examinar casos teratológicos por meio de *habeas corpus*

ou de liminar em ação cautelar – esta certamente com base no poder-geral de cautela dos juízes –, de modo a conceder efeito suspensivo a interposto recurso.

No curso do julgamento foram lembrados casos desmoralizantes ao ideal de Justiça, ou seja, de que em um processo de conhecimento com duração razoável não se deixam impunes os crimes, mas não se punem inocentes. Assim, veio à baila como em reforço à possibilidade de execução provisória o caso do jornalista Pimenta Neves, réu confesso de haver por ciúme matado a tiros a namorada. A Justiça levou mais de dez anos para colocar Pimenta Neves atrás das grades. Outro contemplado com recordação foi o empresário e senador cassado Luís Estevão. Ele conseguiu, por fato ilícito consumado em 1992, manter-se livre da prisão até 2016, mediante 34 recursos protelatórios. Foi também evocado o caso do cassado deputado Natan Donadon, cuja sentença condenatória só se tornou definitiva ao cabo de 13 anos de tramitação.

Como se percebe sem esforço, e dela já havia lembrado Rui Barbosa na célebre *Oração aos Moços*, o nosso sistema de Justiça não é ideal e permite a eternização da solução dos processos. Na esfera criminal, a demora leva muitas vezes à prescrição, sem precisar falar no desprestígio de se manter potentes e poderosos impunes, como, por exemplo, Ângelo Calmon de Sá, ministro na ditadura e secretário no governo Collor. Calmon quebrou o Banco Econômico, arruinou correntistas, mas continuou rico, leve e solto.

Mas, e atenção, atenção, não se resolvem problemas de morosidade da Justiça – que é monopólio do Estado e vedada a feita com as próprias mãos – sem reformas e

adequadas políticas criminais. Muito menos pela relativização do secular e fundamental princípio da “presunção de não culpabilidade”, cuja origem próxima está na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1791 e remota na Magna Carta de 1215, imposta por barões e clérigos ao despótico rei João Sem-Terra.

Por força da doutrina católica da metanoia e da humanização do direito criminal iniciada pelo precursor Cesare Beccaria em 1764, a pena corporal cedeu lugar à privação de liberdade: pena de prisão. No mundo civilizado, apartaram-se, enfim, os institutos da prisão cautelar (com natureza de direito processual, como, v.g., a prisão preventiva) da prisão-pena (de natureza de direito penal-material, a representar sanção).

A prisão processual é indeterminada no tempo, ou melhor, pode uma prisão preventiva ser imposta no inquérito policial e permanecer até o trânsito em julgado da sentença condenatória. A partir daí, a execução definitiva da pena de prisão: *nulla executio sine titulo*.

A pena de prisão é regida pelo princípio da “presunção de inocência”. Não poderá jamais haver execução provisória (antecipação de condenação), sob pena de inversão conceitual e histórica. Para se entender: aquele que responde ao processo em liberdade e vem a ser condenado não pode ser encarcerado antes do trânsito em julgado, sob pena de se transformar em letra morta a garantia da presunção de inocência. A prisão cautelar (processual) que se funda no princípio da necessidade é sempre admissível. Inadmissível (nunca, jamais) a antecipação de condenação com violação ao “estado de inocência” (presunção de não culpabilidade). •

15 OUT 2016

CARTA CAPITAL

EDITORIAL

Mino Carta Mea-culpa

► **Corrijo-me, espero em tempo: a casa-grande não é demente, quer mesmo o retorno ao Brasil colônia, porque seus interesses são opostos àqueles do País**

Entre o fígado e a alma me asseberba a percepção do desastre brasileiro na sua espantosa dimensão. Contribuem para tanto prepotência, arrogância, hipocrisia, características notórias dos senhores da casa-grande e dos seus apaniguados, sequiosos por devolver o País à condição de colônia dos Estados Unidos. Sobreleva, porém, algo mais, mais forte, mais imperioso, mais determinante.

Já escrevi a respeito da naturalidade da demência ao registrar, ingenuamente, e por isso me penitencio, a insensatez de um golpe que trai os interesses do Brasil. Agora, em meio ao tormento, pergunto aos meus botões se estes interesses são os mesmos da casa-grande, cujos inquilinos certamente se declaram patriotas.

Encaram-me os botões com um misto de incredulidade e de comiseração. Estão certos, entendo ao cabo de um silêncio constrangedor: os interesses brasileiros são opostos àqueles dos golpistas. Raymundo Faoro costumava me lembrar da competência da direita reacionária diante de uma esquerda ainda em busca de um papel. Sem contar a sempre eficaz aposta dos senhores na ignorância e na puerilidade do povo nativo, inclinado à festa e à resignação. A casa-grande precisa da senzala como garantia da sua

própria tranquilidade, senhora da situação sem os mais tênues percalços.

Que pretende o golpe ainda em andamento? De saída, detonar toda forma de resistência, a começar pelo PT e seu líder, Lula. Mas os sindicalistas que exercem dignamente sua função indispensável que se cuidem, dias de perseguição virão. Tudo o mais já se faz para manter de pé a senzala e cair nos braços de Tio Sam, a imitar Fernando Henrique Cardoso ao se precipitar no afofo de Bill Clinton. A pauta fala claro, desde a PEC até o já iniciado afastamento dos BRICS, que logo mais serão apenas os RICS.

Um regime de exceção está em pleno vigor, e quem não o percebe não enxerga a si mesmo, até quando se mira no espelho. O fato de sermos vítimas de uma quadrilha de criminosos de denominação de origem controlada e garantida não é consolo. Esclareço: uso a expressão que enobrece algumas garrafas, pois os metralhas de uns poucos anos para cá passaram a tomar vinho, embora prefiram guaraná. De resto, somos vítimas de figuras mais graúdas, ministros coniventes do Supremo e pequenos magistrados fanáticos do Apocalipse treinados nos Estados Unidos, a contarem com a pronta intervenção de uma polícia capaz de substituir os tanques de 1964 na capacidade de intimidação.

Não esqueçamos o empresariado rentista, tecnicamente bisonho, salvo raríssimas exceções, que insistem em produzir bens e serviços em lugar de dinheiro em espécie. *E dulcis in fundo*, a mídia nativa. Ela é mentirosa e velhaca, humilha a língua portuguesa e mergulha na vulgaridade, apoia-se, contudo, em quantos a consideram “grande” e lhe repetem invenções, inverdades, mentiras. Somos todos vítimas, poucos,

entretanto, têm condições de entender.

Escrevi também, mais de uma vez, sobre a maior gravidade deste golpe em relação ao de 52 anos atrás, e a respeito citei várias razões. Outra me escapou. Há toda uma história de golpe, desde aquele que derrubou o imperador, mas este que nos vitima é o mais autêntico, exposto, clamorosamente direto: a casa-grande o assume sem disfarces, ou seja, sem se esconder atrás de um aparato bélico.

Vivemos uma ditadura, feroz e, receio, duradoura, a despeito das incertezas que cercam o presidente da República, Michel Temer, mesmo porque ele não é o ditador. Sobre sua cabeça, a espada de Dâmocles (perdoem o lugar-comum) do poder verdadeiro, difuso e compacto, contemporaneamente, e invencível. Um fato chama minha atenção, a vitória-passeio de João Dória em São Paulo. Sei que o estado e sua capital são a porção mais reacionária do Brazil-zil-zil. Nem por isso, deixo de me surpreender se a senzala vota neste cidadão tão lustroso e engomado, sonhador de um país onde todo cidadão poderia comprar uma camiseta polo Ralph Lauren.

Este editorial é um *mea-culpa*. A casa-grande não é demente, sabe o que faz, e quer um Brasil medieval, entregue a um desequilíbrio social monstruoso, onde a maioria, alcançada pelas piores pregações, não sai do limbo. •

P.S.: *Deliciosa entrevista da esposa de Dória, Bia, publicada pelo Estadão e pelo Folha. Digna de Maria Antonieta, rainha da França e mulher de Luís XVI, como observa uma arguta leitora de CartaCapital. Só faltou falar em brioches para substituir o pão. Bia se diz artista plástica por copiar Krajcberg, o qual, irritado com a desfaçatez, nunca mais pisou terra paulistana.*

15 OUT 2016

CARTA CAPITAL

Judiciário/ O PARAÍSO TEM GRADES
DESEMBARGADOR FÁ DA LAVA JATO DIZ QUE PRISÃO É UM ÓTIMO
NEGÓCIO PARA OS POBRES

O desembargador Paulo Espírito Santo, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, aproveitou-se da inspiração do nome para - como andam fazendo muitos magistrados brasileiros - brincar de

Deus. Em julgamento de *habeas corpus* de réus da Operação Pripayat, aquela que chegou a prender o presidente da Eletronuclear, o desembargador Espírito Santo, depois de elogiar o rigor da Lava Jato contra empresários encarcerados, "que não acreditavam naquilo (*na punição*)", soltou esta: "O criminoso da violência urbana, pessoa mais pobre, esse não liga e até gosta de ficar um pouco lá (*na prisão*). Dali a pouco é solto, fuma maconha, bebe... É essa a realidade". Depois, tentou, por meio de nota da assessoria de imprensa do tribunal, dizer que não disse o que disse.

Prêmio ao estupro

A juíza Clarice Maria de Andrade determinou, em 2007, que uma adolescente de 15 anos ficasse por 26 dias trancafiada numa cela da delegacia de polícia de Abaetetuba, no interior do Pará, na companhia de 30 homens. A vítima foi agredida e sexualmente abusada enquanto esteve, por decisão da meritíssima, entregue às feras. Nove anos se passaram e nesta terça 11, enfim, o Conselho Nacional de Justiça - em teoria destinado a refrear os abusos do Judiciário - se manifestou. O voto do conselheiro Arnaldo Hossepian estampou o habitual espírito de corpo da classe. A juíza recebeu a pena da "disponibilidade". Um prêmio: fica afastada de suas funções pelo prazo máximo de dois anos, mas continua recebendo seu salário e pode ser convocada a atuar em situações especiais.

15 OUT 2016

CARTA CAPITAL

DESTRUIÇÃO A JATO

JEJUNA EM ECONOMIA, A REPÚBLICA DE CURITIBA, EM COLABORAÇÃO COM PRIVATIZAÇÕES, DESNACIONALIZAÇÕES E AUSTERIDADE, ARRASAM EMPREITEIRAS, A PETROBRAS E O PAÍS

por CARLOS DRUMMOND

Não bastassem a recessão brasileira, a crise mundial, a privatização e a desnacionalização impulsionadas pelo ministro das Relações Exteriores, José Serra, e pelo presidente da Petrobras, Pedro Parente, e ainda a austeridade mais longa do mundo da PEC 241, chancelada pelo presidente Michel Temer, o ministro da Fazenda Henrique Meirelles e a maioria da Câmara, o País sofrerá por mais um ano os prejuízos da desarticulação da sua principal cadeia produtiva, a de óleo e gás. O motivo é a recente prorrogação, pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, da Lava Jato do juiz Sergio Moro e do MPF, até setembro de 2017.

Dois anos e sete meses depois do desencadeamento da operação, só quatro das 16 empreiteiras envolvidas em corrupção - Toyo-Setal, UTC, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez -, todas grandes fornecedoras da Petrobras, firmaram acordos de leniência e podem retomar os negócios sem restrições. Impedida há dois anos de fazer contratos com o setor público e com seu presidente preso por duas vezes, a Andrade Gutierrez simboliza a situação dramática do setor: foi obrigada a se desfazer de alguns dos seus ativos mais valiosos e poderá ser vendida a uma construtora chinesa.

“A quantidade de acordos de leniência é muito pequena e eles demoram demais. São tantas as dúvidas e a insegurança jurídica é tamanha que não há uma aplicação significativa desse instrumento”, chama atenção o advogado Rafael Valim, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura e só-

cio da Marinho & Valim Advogados. “Se eu fosse advogado, nunca faria um acordo de leniência. A participação do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União dá mais garantias, mas ao mesmo tempo complica tanto, as exigências passam a ser tão grandes que acabam prejudicando qualquer acordo”, diagnostica o ministro Gilson Dipp, aposentado do Superior Tribunal de Justiça.

O acordo de leniência deveria atender a dois objetivos fundamentais: **1.** constituir um instrumento de coleta de provas por meio da concessão de benefícios à empresa que colaborar na comprovação dos fatos apontados no processo; e **2.** preservar os seus ativos. A lei anticorrupção manda celebrá-lo entre a empresa e a autoridade pública lesada, maior conhecedora da extensão dos danos provocados pela corrupção. Na prática, ele é firmado entre a empreiteira e o MPF e homologado por um juiz.

As lacunas da lei quanto à participação de vários entes públicos e a pluralidade das esferas de responsabilidade abrem espaço para superposições e disputas. O TCU, a CGU, o MP e um juiz podem decidir, por exemplo, a temida proibição de contratar com o poder público. Nos contratos de estados e municípios com aporte de recursos da União, pairam dúvidas sobre qual entidade federativa poderia celebrar o acordo.

O acordo de leniência entre MPF e Andrade Gutierrez ilustra as dificuldades. A legislação prevê a responsabilização administrativa e cível de pessoas jurídicas por crimes contra a administração pública, mas não abrange di-

rigentes e administradores, que continuariam sujeitos a condenações criminais depois da celebração do pacto. No seu despacho, o juiz Sergio Moro diz ser “aplicável por analogia” um dispositivo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que extingue a punição também para pessoas físicas.

A insegurança jurídica é uma das causas da rarefação dos acordos. Outra é a visão imperante de punir também as empresas, como se dotadas fossem de iniciativa e intenções, à semelhança dos seus acionistas e executivos. É o oposto do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos, onde o instituto do *selfcleaning* prende ou afasta os executivos, aplica multas, exige programas rigorosos de combate às práticas propiciadoras da corrupção e devolve as empresas o mais rápido possível ao mercado público e privado.

Os exemplos são abundantes nos casos de improbidade entre os maiores fornecedores do governo. Os contratos da GE com o Pentágono, suspensos em 1992, foram retomados cinco dias depois mediante a apresentação de um sistema de vigilância interna para evitar novas fraudes, noticiou o *Los Angeles Times*. É bom repetir: **cinco dias**. A IBM retomou os contratos com o governo oito dias após a interdição determinada em 2008, destacou o *Public Contract Law Journal*. A suspensão da contratação da Boeing pelo setor público, em 2003, foi levantada um mês mais tarde devido à “forte necessidade no interesse do país”, justificou o subsecretário da Força Aérea, Peter B. Teets.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

André Araújo, ex-empresário e advogado de empresas dos Estados Unidos, acrescenta exemplos. A construtora Halliburton foi multada em 110 milhões de dólares, quantia irrisória para uma empresa que vale entre 40 bilhões de dólares e 50 bilhões, e o principal executivo foi preso por dois anos e meio. No caso da Lockheed, que pagou 1,5 bilhão de dólares em comissões para vender aviões militares a mais de 20 países, na década de 1970, o governo exigiu a troca do presidente da empresa e aplicou uma multa de 24,8 milhões de dólares.

Na Europa, ocorre o mesmo. “Na Volkswagen alemã, houve escândalos enormes de distribuição de propina, inclusive com envolvimento do governador de Baden-Württemberg. A fabricante de aviões e helicópteros Messerschmitt-Bölkow-Blohm também está envolvida em distribuição de propina. Os ministros e outras autoridades implicados caem, mas a empresa não é destruída. Ninguém vai acabar com empresas como essas por causa da corrupção”, exemplifica o procurador do MPF e ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão. “Aqui no Brasil, entregamos os nossos ativos com uma facilidade impressionante. Isso ocorre, principalmente, porque essa garotada do Ministério Público não tem a mínima noção de economia. Não sabem como isso funciona.”

Uma situação de risco imensurável para o País. Aqui, há 2,2 mil procuradores federais concursados, com estabilidade na função, dos quais não se exige nenhuma experiência anterior em negócios e economia. “Nos EUA, há 93 procuradores federais nomeados pelo presidente da República, com mandato de quatro anos. São pessoas bem relacionadas, experientes na área empresarial e com excelente formação, todos provenientes de grandes universidades como Harvard e Yale”, diz Cynthia Catlett, diretora da divisão de Consultoria Técnica e Investigativa em Apoio a Litígios da FTI Consulting no Brasil.

O desconhecimento atestado por Araújo tem poder destrutivo proporcional à liberdade de ação de procuradores e juízes. “Esse aumento da autonomia dos juízes e do Ministério Público está levan-

do a uma insegurança jurídica generalizada. O Judiciário tomou gosto de sangue com a Lava Jato. Cada juiz hoje se julga rei”, resume Araújo.

O Brasil pagará por gerações pelos erros cometidos. “A Lava Jato se gaba de ter devolvido ao País 2 bilhões de reais. E quantos bilhões a gente gastou para isso? Do ponto de vista econômico, essa conta não fecha”, contabiliza Aragão. A maioria das consultorias que calcularam o prejuízo provocado à economia pela operação estimou-o em cerca de 120 bilhões de reais.

O dano deve aumentar. Cerca de 31 bilhões de reais em projetos aprovados de aeroportos, rodovias e mobilidade urbana, com capacidade de gerar 900 mil empregos, segundo cálculo desta revista, estão parados porque o financiamento com o BNDES contratado com as vencedoras das licitações, todas envolvidas na Lava Jato, não sai. Na terça-feira 11, o BNDES anunciou a suspensão de pagamentos e a revisão de 47 contratos de exportação de serviços de engenharia de empreiteiras implicadas na operação, no valor de 13,5 bilhões de reais. Receia-se no setor que, por meio de relitações, as empreiteiras nacionais serão afastadas em definitivo dos financiamentos de longo prazo do banco, imprescindíveis às grandes obras públicas, e substituídas por construtoras estrangeiras.

Atroca talvez não seja tão fácil quanto alguns presumem. “Empresas estrangeiras não virão ao Brasil de uma hora para outra antes de saber como fica a segurança jurídica e sob que condições vão trabalhar. Nós podemos permanecer cinco ou dez anos sem ter quem faça a nossa infraestrutura. Como é que fica?”, questiona Aragão.

“A punição tem de ser consequencialista, pragmática, precisa resolver o problema e ser pedagogicamente positiva.

Ninguém pode ser contrário ao combate à corrupção e à punição dos culpados, mas não se pode fazer isso destruindo o capitalismo no Brasil. Porque ao inviabilizar a empresa, acaba-se com o emprego, a renda, o progresso e a dignidade das pessoas”, alerta o advogado Walfrido Jorge Warde Júnior, da Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados. É o que a Lava Jato está descontroladamente fazendo. •

HÁ 2,2 MIL PROCURADORES FEDERAIS CONCURSADOS NO PAÍS E 93 NOMEADOS PELO PRESIDENTE NOS EUA, ESTES COM MANDATO DE QUATRO ANOS

CARTA CAPITAL 15 OUT 2016

EM VOO CEGO

"ESSA GAROTADA DO MPF NÃO TEM A MÍNIMA NOÇÃO DE ECONOMIA,"
DIZ O PROCURADOR E EX-MINISTRO EUGÊNIO ARAÇÃO

A ALEMANHA NÃO ACABARIA COM A VOLKSWAGEN POR CORRUPÇÃO, MAS O BRASIL ENTREGA ATIVOS FACILMENTE

O procurador da República Eugênio Aragão honra a sua categoria no mais alto nível cívico, técnico e acadêmico. É um dos poucos com conhecimento e vivência em assuntos econômicos, adquiridos na teoria e na prática no País e no mundo. Ex-ministro da Justiça (de março de 2016 até o afastamento de Dilma) e professor do curso de Direito na Universidade de Brasília, graduou-se nessa instituição e é mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Essex, na Inglaterra. Ao concluir o seu doutorado em Direito na Ruhr-Universität Bochum, da Alemanha, recebeu a distinção *summa cum laude*, a mais alta qualificação em uma titulação universitária. Nesta entrevista, fala da ignorância da maior parte dos procuradores federais em assuntos econômicos e suas consequências nefastas para o Brasil.

CartaCapital: Qual é a sua familiaridade com economia?

Eugênio Aragão: Sempre li literatura de economia, desde estudante. Trabalhei no Instituto de Direito Internacional da Paz e dos Conflitos Armados em Bochum e um de meus campos de pesquisa eram os Estados falidos. Trabalhei em reconstrução estatal no Timor-Leste, com o embaixador Sérgio Vieira de Mello, o que me faz pensar em termos econômicos o tempo todo. No MPF fui coordenador da 5ª Câmara, de defesa do patrimônio público, cuidando da cooperação com o governo federal em políticas públicas de eficiência da administração.

CC: O senhor chamou a atenção, por diversas vezes, para os efeitos destrutivos da Lava Jato na economia, inclusive em setores estratégicos, e a falta de noção de muitos dos seus integrantes sobre o que é uma empresa e como funciona a economia.

EA: Quando alertei, em depoimento na Câmara dos Deputados, para os riscos à economia e ao País da inviabilização de inúmeras

empresas pela Lava Jato, ouvi algo assustador de um representante monarquista: "Ah, isso é bobagem, mais importante é a gente acabar com esse cancro da sociedade, porque essas empresas depois se constituem em outras". Não é assim. A mão de obra que detém a tecnologia vai para o exterior na mesma hora, é capturada, não fica no Brasil. Para montar outra empresa com o mesmo ativo tecnológico, leva décadas.

CC: Como vê especificamente o efeito negativo das ações da Lava Jato na economia?

EA: O fato é o seguinte: a maioria das empresas envolvidas está sendo inabilitada para participar de concorrências públicas. Obras de infraestrutura só existem por meio de concorrência pública, não há de outro jeito. As grandes construtoras não são empresas que fazem Minha Casa Minha Vida. Constroem viadutos, hidrelétricas, usinas, aeroportos. Se ficarem fora do mercado de concorrências públicas, elas quebram, pura e simplesmente. É ao que a Lava Jato está levando com a inabilitação das empreiteiras. Além de desqualificá-las publicamente, com a prisão de sua liderança toda. Quem é que vai investir em uma empresa cuja liderança está na cadeia? Na situação atual desnecessariamente provocada pela Lava Jato, elas perdem investimentos, imagem no mercado, e tudo isso são ativos.

CC: A Camargo Corrêa, uma das maiores, se desfez de ativos e pode vender o controle. O senhor conhece casos em outros países de suspensão durante anos de contratos de empresas com governos?

EA: Não. Na Volkswagen alemã, houve escândalos enormes de distribuição de propina, inclusive com envolvimento do governador de Baden-Württemberg. A fabricante de aviões e helicópteros Messerschmitt-Bölkow-Blohm também está envolvida em distribuição de propina. Os ministros e outras autoridades implicados caem, mas a empresa não é destruída. Ninguém

vai acabar com empresas como a Messerschmitt-Bölkow-Blohm e a Volkswagen por causa disso. Aqui no Brasil, a gente entrega os nossos ativos com uma facilidade impressionante. Isso ocorre, principalmente, porque essa garotada do Ministério Público não tem a mínima noção de economia. Não sabem como isso funciona. Simplesmente botaram na cabeça uma ideia falso-moralista de que o País tem de ser limpo. Corrupção existe em todas as partes do mundo. Não é um problema moral, é sobretudo um problema estrutural simples.

CC: Quando há corrupção?

EA: Quando os processos administrativos de decisão são engastalhados, bloqueados. Para desbloquear, a empresa distribui dinheiro. É assim que a coisa funciona no mundo inteiro. Por exemplo, se um empreendedor quer criar um frigorífico, em dois meses o constrói; mas para botar para funcionar, demora oito anos, porque são exigidas não sei quantas licenças. Não é isso? Na hora em que ele diz: 'Vou, então, molhar a mão dos fiscais para isso ir mais rápido', do ponto de vista econômico, isso não é ruim não, porque significa que conseguirá mais rapidamente arrumar a empresa e entrar mais cedo como concorrente no mercado. O que é ruim é aquela corrupção puramente predatória, no nível de um Saddam Hussein: não se importa comida no meu país sem passar um dinheirinho para a minha família. Isso é puramente predatório. Mas a corrupção que, na verdade, serve como uma graxa na engrenagem da máquina, essa, do ponto de vista econômico, é tolerável. Veja bem, vamos pensar no seguinte: a Lava Jato gaba-se de ter devolvido ao País 2 bilhões de reais. E quantos bilhões a gente gastou para isso? Do ponto de vista econômico, essa conta não fecha.

CC: Algumas consultorias calculam em 120 bilhões de reais o prejuízo da Lava Jato à economia. Isso por baixo, porque há efeitos encadeados de longo prazo quase impossíveis de estimar.

CONTINUA

CARTA CAPITAL 15 OUT 2016

CONTINUAÇÃO

EA: Fora a perda de competitividade no mercado internacional, imensurável. Essa mania de o Ministério Público achar que resolve os problemas do País apontando um culpado, isso está superado. É claro que não significa que a pessoa física que fez a coisa errada vai se sair bem. O Direito Penal tem de servir também para mandar sinais para a sociedade de que aquilo que é errado, a gente pune, o que é certo, premiamos. Há também um problema de proporcionalidade. Condenar um almirante como Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletro Nuclear, o pai da tecnologia nuclear no Brasil, a 43 anos de cadeia, mais do que os 39 de prisão de Suzane Richthofen, cúmplice do assassinato dos pais, é de uma falta de proporcionalidade gritante.

CC: Seria preferível uma solução que não o impedisse de contribuir com o País.

EA: Se fosse por aí, Wernher von Braun teria sido levado ao pelotão de fuzilamento pelos americanos por crimes contra a humanidade e de guerra, e não para dirigir a Agência Espacial Americana, a Nasa. Bem ou mal, ele foi responsável pelas centenas de bombas jogadas em Londres e outras cidades inglesas, matando milhares de pessoas. Os países não funcionam assim como muitos procuradores imaginam, na base exclusivamente moral.

CC: De onde vem a pena de 43 anos para o almirante? Qual é o diapasão?

EA: Eu me lembro da dona da Daslu, Eliana Tranchesí, condenada pela Justiça Federal a 94 anos e meio de prisão, em 2009, por burlar o Fisco, entre outros crimes. Quando foi presa, estava com câncer e morreu três anos depois. Mostra outro absurdo. A mulher estava com uma doença terminal.

CC: A obsessão moralizante, ao que parece, não é exclusiva da Lava Jato.

EA: O Ministério Público não tem noção das coisas. É uma completa falta de medida. Pegar bem, pega, na sociedade atual, uma pena tão elevada, mas o MP precisa atuar mais como bombeiro, para ver se a sociedade se reencontra.

CC: Como resolver o problema das empresas pegás em corrupção?

EA: Com um sistema de regras de *compliance* (regras da empresa para fazer cumprir as normas legais e regulamentos, políticas e diretrizes estabelecidas para os negócios e mecanismos para evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade) e modernização administrativa, que torna as coisas mais transparentes. É isso que tem de ser feito, impedir a repetição do fato no futuro com um plano rigoroso para eliminação das práticas inidôneas, não matar nossas empresas por causa de fatos do passado. A multa não pode quebrar a empresa. Pode-se aplicar multas revertidas em programas de *compliance* de melhorados processos de trabalho ou programas sociais e educativos, fazer acordos para elas assumirem certos investimentos do Estado. Isso não liquida as empresas, dá-lhes um selo de qualidade, muda a sua imagem e elas continuam funcionando. • - A Carlos Drummond

ACÇÕES DE EXTERMINIO

|| O JUDICIÁRIO TOMOU GOSTO DE SANGUE COM A LAVA JATO ||
CONCLUI O ADVOGADO DE EMPRESAS DOS EUA ANDRÉ ARAÚJO

OS PROCURADORES CAUSAM DANOS MONUMENTAIS. AS EMPREITEIRAS NÃO CONSEGUEM VENDER MAIS NADA

A Operação Lava Jato destrói empresas e ignora o combate à corrupção nos países avançados, que as punem, mas, em vez de decretar a sua morte, impõem boas práticas e assim possibilitam uma correção de rumo. A devastação atinge em cheio a cadeia de óleo e gás, a mais importante do País, e compromete o futuro, chama atenção André Araújo, ex-empresário e renomado advogado brasileiro de empresas e fundos de investimento americanos. Autor prolífero de artigos em defesa do interesse do País publicados no Portal GGN, ele detalha, na entrevista a seguir, as consequências nefastas da desorganização econômica e da insegurança jurídica promovidas pela Lava Jato.

CartaCapital: O senhor tem notícia de outro país que proíba durante anos contratos entre empresas privadas envolvidas em corrupção e o setor público?

André Araújo: Não existe. Nos EUA, fonte de inspiração do combate local à corrupção, há um modelo muito mais *light*. Citarei dois exemplos. A construtora Halliburton, envolvida em corrupção, foi multada em 110 milhões de dólares, quantia irrisória para uma empresa que vale entre 40 bilhões e 50 bilhões de dólares, e puniram o executivo por um ano e meio. No caso da Lockheed, que pagou 1,5 bilhão de dólares em comissões para vender aviões militares a mais de 20 países, na década de 1970, o governo exigiu a troca do presidente da empresa e aplicou uma multa de 24,8 milhões de dólares. Nos dois casos, não houve nenhum problema de sobrevivência, de negócios. O modelo americano é cirúrgico, exige planos de boas práticas de governança ou de *compliance*

e tenta punir os desvios sem afetar o escopo e o conjunto da companhia.

CC: Como vê o combate à corrupção no Brasil?

AA: Importou-se a filosofia do modelo, de combater a corrupção através de inquéritos, mas não se acompanhou a prática. Acho que os procuradores daqui não sabem, não têm treinamento para isso. Impera a falta de percepção do mundo real de negócios. No mundo real – eu não estou justificando a corrupção, é um fato – não se consegue fazer negócio na África, na Ásia, na Índia, no Oriente Médio, sem pagar comissões. O Brasil não pode corrigir o mundo.

CC: Várias empresas brasileiras estão sendo processadas também nos Estados Unidos.

AA: É o caso da Embraer, processada por pagar propina para vender aviões militares em diversos países. Não existe venda de avião militar no planeta sem pagar comissão. Um ex-empregado foi pego por acaso, delatou a empresa e montou-se um processo no Brasil. Ocorre que o Ministério Público Federal mandou as informações para os Estados Unidos, o Ministério da Justiça americano abriu um processo lá e ela terá de pagar 200 milhões de dólares em multas, a partir de informações daqui. Não dá para entender por que o Ministério Público do Brasil tem de ajudar os Estados Unidos a iniciar uma punição, quando já processa a Embraer aqui. Jamais se verá o ministério público dos EUA entregar uma empresa americana à Justiça brasileira.

CC: Custa acreditar.

AA: O dano que os procuradores causam à economia é monumental. As maiores empreiteiras têm ativos muito bons, mas

a insegurança jurídica é de tal magnitude que elas não conseguem vender nada. Trazemos representantes de fundos estrangeiros ao Brasil, eles examinam os bens à venda, mas a área de *compliance* não aprova aquisições de nada pertencente às envolvidas na Lava Jato. A qualquer instante, uma empreiteira pode ter a polícia em seus escritórios por novas e infundáveis operações, mandados de bloqueio de contas e de ativos, tanto por parte do Ministério Público Federal quanto pelos Tribunais de Contas, Receita Federal, tudo ao mesmo tempo. A soma dessas punições, multas, indenizações, bloqueios pode ultrapassar o valor da empresa e de todos os seus ativos. Os agentes envolvidos parecem não se dar conta de que uma empresa sob tal gama de ataques se inviabiliza e não pagará as multas, ressarcimentos e indenizações impostas por autoridades que agem de forma irrealista, sem pensar no todo, só na sua parte.

CONTINUA

CARTA CAPITAL 15 OUT 2016

CONTINUAÇÃO

CC: Há quem defenda a substituição das grandes construtoras envolvidas por empresas médias.

AA: É preciso não ter nenhum conhecimento do setor para achar que uma empresa pequena vai virar grande em dois anos. Isso requer três gerações, há necessidade de um currículo de obras. Na relação das 250 maiores empreiteiras do mundo da *Engineering News-Record*, a bíblia do setor, a maioria é de países emergentes. A Odebrecht, em 2015, era a número 13. O setor faturou quase 1 trilhão de dólares no ano passado. A investida do Brasil na exportação de serviços de construção de obras públicas começou no governo militar com um grande contrato da Mendes Júnior no Iraque, para a construção da ferrovia Bagdá-Basra. Depois a Odebrecht iniciou atividades no Peru, com um projeto de irrigação, a Andrade Gutierrez fez o aeroporto de Quito, no Equador, e a Camargo Corrêa empreendeu a hidrelétrica do Salto Guri, na Venezuela. Seguiu-se a investida da Odebrecht em Angola, com grandes obras de todos os tipos, especialmente hidrelétricas, e a construção de terminais no aeroporto de Miami, nos EUA. A significativa penetração das empreiteiras brasileiras no exterior, acompanhada da exportação de equipamentos nacionais, foi, entretanto, prejudicada ou inviabilizada pela Lava Jato, por carimbar as empresas como inidôneas e vaziar detalhes de contratos que só provocaram problemas políticos em terceiros países, sem outro resultado além da perda de mercados. É algo de interesse nacional, talvez esses procuradores nem saibam disso.

CC: Por que o governo não reage?

AA: O governo tem medo, mas deveria reagir, pois tem de zelar pela integridade do Estado, do País e dos seus ativos. O certo seria ter muito interesse em proteger as empreiteiras, mas nem toca no assunto.

CC: O governo dos Estados Unidos salvou a GM com dinheiro público, na crise de 2008.

AA: Porque é um ativo nacional. É privada, mas é do interesse do país.

CC: Qual a maior preocupação do investidor estrangeiro?

AA: Muito mais que a situação fiscal, sem repercussões a curtíssimo prazo, o que mais os assusta é a crise política, por provocar insegurança jurídica. Os que querem investir no Brasil não sabem o que vai acontecer e essa é a sua maior preocupação. Hoje um juiz de primeira instância fecha uma empresa, bloqueia contas de milhões, bens. Uma hora o Brasil precisa parar para pensar como é que vai funcionar. Não pode continuar esse poder total nas mãos dos juizes, é preciso existir uma hierarquia. Esse aumento da autonomia dos juizes e do Ministério Público está levando a uma insegurança jurídica generalizada. O Judiciário tomou gosto de sangue com a Lava Jato. Cada juiz hoje se julga rei. • - A Carlos Drummond